

Acção Socialista



Nº 1266 6 Julho 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

Sucesso do Plano Tecnológico Portugal na linha da frente na Internet de banda larga



SUPLEMENTO EUROPA NESTA EDIÇÃO

Plenários
de Militantes

**RESPOSTA DO PS
PARA OS DESAFIOS
DA SOCIEDADE
PORTUGUESA.**



**CONTAMOS CONSIGO.
PARTICIPE.**

Algarve	14 Julho - 21.30h	Hotel Eva	Ascenso Simões
Aveiro	15 Julho - 21.00h	Centro de Congressos de Aveiro	José Sócrates
Baixo Alentejo	14 Julho - 21.00h	Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba	Júlio Miranda Calha
Braga	10 Julho - 21.30h	Anfiteatro do Palácio de Vila Flor, em Guimarães	Vieira da Silva
Bragança	07 Julho - 21.00h	Auditório Paulo Quintela	Mário Lino
Castelo Branco	14 Julho - 21.30h	Auditório da Escola Superior de Educação de Castelo Branco	Mário Lino
Coimbra	14 Julho - 21.30h	Auditório da Unidade de Saúde de Coimbra (Assoc. Fernão Mendes Pinto) Av. Fernão de Magalhães, n.º 233, 5.º Andar, Coimbra	Jorge Coelho
Évora	14 Julho - 21.00h	Auditório pequeno da Universidade de Évora (sala 131) Colégio do Espírito Santo (a confirmar)	António Vitorino
FRO	14 Julho - 21.30h	Auditório Municipal de Torres Vedras	Fernando Serrasqueiro
Leiria	15 Julho - 21.30h	Hotel Maré (na Nazaré)	Ana Paula Vitorino
FAUL	18 Julho - 21.00h	Forum Lisboa	Jaime Gama
Portalegre	14 Julho - 21.00h	Auditório da Escola Superior de Educação de Portalegre	Idália Moniz
Porto	07 Julho - 21.30h	Hotel Tuela	Pedro Silva Pereira
Santarém	14 Julho - 21.30h	I.P.J.	Edite Estrela
Setúbal	14 Julho - 21.00h	Sala de Congressos do Hotel Novotel	Augusto Santos Silva
Viana do Castelo	14 Julho - 21.00h	Centro Cultural de Paredes de Coura	José Lello
Vila Real	13 Julho - 21.00h	Hotel Mirga Corgo	Vitalino Canas
Viseu	14 Julho - 21.00h	Hotel Montebelo	Jorge Lacão

Entrevista

10

Miranda Calha:
“A reforma do poder local é fundamental para o desenvolvimento”

Actualidade

11

Nova Lei das Finanças Locais cria Fundo Social Municipal

Governo

4

Amado substitui Freitas nos Negócios Estrangeiros e Severiano Teixeira ocupa pasta da Defesa

Cultura

5

Apresentado novo regime de apoio às artes

Trabalho

7

Inaugurada bolsa de emprego electrónica

Iniciativa

13

PS promove Universidades de Verão em Lisboa e Porto



SILVINO GOMES DA SILVA
Director-adjunto

Um ano de intenso trabalho

A POUCOS dias do final da actual sessão legislativa é já possível fazer um primeiro balanço quantitativo, ainda que breve, do que foi este primeiro ano de actividade parlamentar de maioria socialista.

Para quem olha com sistemática desconfiança para o chamado “rolo compressor” das maiorias parlamentares, atente-se no seguinte: das 73 propostas de lei apresentadas pelo Governo, 12 foram aprovadas por unanimidade e apenas sete foram aprovadas só com os votos do PS, sendo as restantes aprovadas com maiorias que casualmente se formaram, tanto à nossa direita como à nossa esquerda. Isto diz bem da busca de consensos que a maioria socialista procurou juntos das restantes forças políticas, mostrando assim que os pactos se constroem na prática face a propostas concretas e não através de anúncios grandiloquentes e ocos, à moda do PSD.

Já no que respeita aos projectos de lei apresentados pelo Grupo Parlamentar do PS a leitura é idêntica. Assim, das 37 iniciativas legislativas apresentadas (incluindo-se aqui a Lei de Revisão Constitucional), oito foram aprovados por unanimidades, não tendo havido nenhum projecto-lei aprovado só com os votos dos socialistas.

Estes números evidenciam a lógica desta maioria que não impõe a seu bel-prazer novos quadros legais, mas que estabelece antes as necessárias pontes com os outros partidos para que as leis resultem enriquecidas por via do diálogo e da cooperação de todos.

Dado também interessante de reter respeita ao número de debates realizados. Assim, tiveram lugar 10 debates mensais com o primeiro-ministro, nove debates de urgência, quatro no âmbito da comissão permanente, seis de interesse relevante, oito interpeleções ao Governo, dois debates avulsos e um sobre o Estado da Nação (o próximo debate sobre o Estado da Nação realiza-se no próximo dia 12 de Julho). Em matéria de perguntas ao Governo, de referir que se os responsáveis governamentais deslocaram ao hemiciclo

Isto diz bem da busca de consensos que a maioria socialista procurou juntos das restantes forças políticas, mostrando assim que os pactos se constroem na prática face a propostas concretas e não através de anúncios grandiloquentes e ocos, à moda do PSD

de S. Bento 40 vezes para perguntas de carácter geral e seis de âmbito sectorial.

Relativamente ao saldo dos diplomas que tomaram a forma de lei, e sem ser exaustivo porque tal seria fastidioso, note-se que nesta primeira sessão legislativa da X legislatura foram aprovadas, entre muitas outras, a Lei Eleitoral Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a Lei de Limitação de Mandatos dos Eleitos Locais, bem como o regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares, o novo Regime de Arrendamento Urbano, a criação da Entidade Reguladora para a Comunicação, a Lei da Nacionalidade, o novo regime de convergência de protecção social da função pública com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo de pensões, a Lei-quadro da Política Criminal, o Regime Jurídico do Associativismo Jovem, o Estatuto Jurídico

do Conselho Nacional de Juventude, a Lei dos Manuais Escolares, a Lei da Difusão da Música Portuguesa na Rádio, a Lei das Associações de Defesa dos Utentes de Saúde, a Lei Reguladora das Técnicas de Procriação Medicamente Assistida, a Lei da Paridade (que foi objecto de veto presidencial e por isso reformulada no aspecto sancionatório), a Lei de Bases da Protecção Civil e, para finalizar esta já longa listagem, nota para a aprovação da autorização ao Governo para legislar sobre distribuição, fora das farmácias de medicamentos que não necessitam de receita médica.

Este impulso reformista da maioria PS bem patente nas leis já produzidas na Assembleia da República e nos actos legislativos do Governo (dos quais se falará em próxima edição), constitui o paulatino cumprimento do programa eleitoral apresentado aos portugueses e por eles maioritariamente sufragado.

Antevendo futuras iniciativas, o PS está comprometido em apresentar no primeiro dia da próxima sessão legislativa a realização de um referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Esta é uma promessa eleitoral de valor acrescido, uma vez que é firme o propósito do PS de dar de novo voz aos portugueses sobre esta sensível matéria. Ainda no plano parlamentar, é certo que o Grupo Socialista colocará na agenda política a reforma da Lei Autárquica, a Lei de Incompatibilidade e Impedimentos relativos a cargos políticos e altos cargos públicos, a Lei Eleitoral para a Assembleia da República e a Lei de Limitação de Mandatos para os presidentes de governos regionais e primeiro-ministro.

No entanto, há um trabalho que tem de feito: o de explicar as medidas que têm vindo a ser tomadas em todos nos seus variados objectivos, comunicando o seu verdadeiro alcance. Por isso, os dirigentes socialistas participarão por todo o país em reuniões com militantes sob a designação “Respostas do PS aos desafios da sociedade portuguesa”. Para esses plenários estamos todos convocados porque só bem informados estaremos em condições de defender as posições e as medidas que a actual maioria socialista tem vindo a concretizar a bem do futuro do nosso país.

Governo quer promover generalização da prática desportiva

PROMOVER a generalização da actividade física, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e a saúde dos cidadãos, e empreender um conjunto de apoios à prática desportiva regular e de alto rendimento, são aspectos fundamentais da iniciativa legislativa que o Governo levou à discussão na Assembleia da República.

Como recordou o ministro da Presidência que tutela a área do Desporto, Pedro Silva Pereira, esta proposta de Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto estava já prevista no Programa do Governo.

Com a aprovação deste diploma, que tudo indica terá lugar após as férias parlamentares, passará a ficar consagrado um novo estatuto de utilidade pública desportiva das federações, consagrando não apenas a atribuição de direitos mas também as obrigações, sujeitas a avaliações periódicas e a controlo.

Os apoios financeiros públicos passam, com a aprovação desta lei, a ser mais restritos, e apenas disponíveis aos titulares do estatuto de utilidade pública desportiva. Ou seja, os fundos públicos deixarão de apoiar clubes e associações desportivas profissionais, passando as ajudas estatais a ser objecto de um



controlo mais eficaz e apertado por parte do Estado.

Como sublinhou Pedro Silva Pereira, importa referir que esta proposta de lei no que respeita às relações entre as federações desportivas e as ligas profissionais introduz novos aspectos, nomeadamente ao admitir um novo conceito de liga profissional, que obrigatoriamente, “assumirá a forma de as-

sociação sem fins lucrativos”, passando neste particular a poder “englobar, não apenas os clubes e sociedades desportivas participantes das competições profissionais, mas também outros agentes desportivos”.

Portugueses praticam pouco desporto

Para o deputado socialista Fernando Cabral, depois de recordar que o nosso país regista uma das mais baixas percentagens de prática desportiva regular da União Europeia, justifica-se realçar o propósito desta lei, uma vez que ela visa exactamente apoiar a prática e o rendimento desportivos.

Uma das inovações desta lei apontada por Fernando Cabral na sua intervenção no plenário da Assembleia da República, refere-se à concepção do estatuto de utilidade pública desportiva, figura que passa a ter como recorte a “atribuição de direitos e a imposição de obrigações no que diz respeito à delegação de poderes públicos e às necessárias contrapartidas dessa concessão”.

Concessão que passa a ser temporária e por períodos de quatro anos, e, para lá das

obrigações, ficará também consagrado o regime dos direitos exclusivos das federações desportivas, bem como o regime sancionatório a aplicar.

No que respeita ao desporto profissional e à sua organização, Fernando Cabral recordou que a lei estabelece um novo paradigma em relação ao conceito de liga profissional que não só engloba os clubes, as SAD's e os participantes nas competições profissionais, “mas também os representantes de atletas, treinadores, árbitros, entre outros agentes desportivos”.

Este facto introduz, segundo o deputado do PS, a certeza de que não haverá ligas fechadas, nem tão pouco “convites”, como classificou, para participar nas provas profissionais.

Outras medidas são igualmente contempladas neste proposta de lei, como é o caso do benefício a conceder aos agentes desportivos abrangidos pelo regime de alto rendimento após terminarem as suas carreiras, aspecto que merece especial atenção, uma vez que, como se sabe, a actividade profissional destes agentes desportivos é normalmente curta, absorvente e exigente.

Portugal na linha da frente da cobertura total de Internet em banda larga

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, afirmou que Portugal está no pelotão da frente dos países da União Europeia a garantir cem por cento de cobertura de Internet em banda larga, com a ligação da última central telefónica.

“Portugal ficou hoje a pertencer ao restrito clube dos cinco países europeus que têm todo o seu território coberto com acesso de Internet em banda larga e que oferecem os preços mais baixos”, disse o primeiro-ministro em Canhestros, concelho de Ferreira do Alentejo, durante a cerimónia de ligação da última central telefónica da Portugal Telecom (PT) em banda larga.

“Foi um passo muito importante para o crescimento e desenvolvimento económico e tecnológico do país”, disse, acrescentando que, a partir de agora, esta “infra-estrutura decisiva” permite que, em qualquer ponto do país, “qualquer cidadão possa aceder à Internet em banda larga”.

“Somos dos poucos países que têm todo o seu território coberto e todas as escolas públicas ligadas à Internet através de banda larga e, ao mesmo tempo, somos um dos países europeus que oferece os preços de acesso mais baratos e as condições de velocidade mais atractivas”, frisou.

José Sócrates destacou o facto de o país ter avançado muito rapidamente nesta área, referindo que,



30 POR CENTO DOS LARES PORTUGUESES COM INTERNET DE ALTA VELOCIDADE

Cerca de 30 por cento dos lares portugueses já possuem Internet por banda larga, o que significa que cerca de quatro milhões de portugueses já “navegam” com Internet rápida, segundo dados da Anacom – Autoridade Nacional de Comunicações

entre o primeiro trimestre de 2005 e o primeiro trimestre deste ano, o número de clientes de banda larga subiu cerca de 40 por cento e a taxa de penetração aumentou de nove para 12,5 por cento.

“É uma progressão significativa, um dos crescimentos mais altos verificados entre os países mais desenvolvidos”, realçou.

A ligação das 1853 centrais telefónicas da PT em banda larga faz parte do programa “Ligar Portugal”, um dos pilares do Plano Tecnológico, e tem como objectivo generalizar o acesso à Internet em alta velocidade e às tecnologias de informação.

No seu discurso, o primeiro-ministro sublinhou importância da ligação de todo o país à Internet de banda larga, frisando que esta tecnologia “elimina as fronteiras geográficas”, já que “constitui uma ferramenta indispensável, não só para aproximar o interior do litoral, mas também para criar uma verdadeira igualdade de oportunidades”.

Também presente na cerimónia, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, salientou o investimento de três mil milhões de euros feitos no desenvolvimento da banda larga.

Referindo que esta cobertura total do país à Internet em banda larga foi uma “aposta ganha”, Mário Lino frisou que “Portugal é um dos poucos países que se pode orgulhar de oferecer a toda a população o acesso à banda larga. Estamos no pelotão da frente em termos de modernização tecnológica”.

A introdução da Internet na Administração Pública, disse, é um dos desígnios deste Governo, o que irá, sustentou, melhorar o ambiente competitivo das empresas e do país.

J. C. CASTELO BRANCO

Sócrates destaca sucesso do Plano Tecnológico

O PLANO Tecnológico está a ser um sucesso, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, sublinhando que Portugal está hoje entre os cinco países europeus que maior progresso nesta área, numa alusão a um relatório sobre administração “on-line” divulgado por Bruxelas. O documento coloca o nosso país acima da média europeia em termos de número e sofisticação de serviços públicos electrónicos.

“É a primeira vez que Portugal está acima da média europeia nestes parâmetros”, sublinhou o primeiro-ministro, à margem da cerimónia de inauguração do novo edifício do Tagus Park, onde ficarão instaladas 58 micro-empresas.

Considerando que Portugal “está entre o conjunto dos países mais avançados” no domínio dos serviços públicos electrónicos, Sócrates destacou a importância quer da melhoria da classificação, quer do ritmo de crescimento dos serviços disponibilizados.

“Fizemos um progresso extraordinário, que foi considerado invulgar pelos autores do estudo e é sinal de que o Plano Tecnológico



está a dar resultado”, disse.

Frisando que as tecnologias da informação e comunicação permitem “esbater as barreiras geográficas e aproximar litoral e interior”, o chefe do Governo salientou a importância de “projectos exemplares” como o Netemprego e o Segurança Social Directa, e de “todas as pequenas iniciativas que a Administração Pública tomou e que permitirão atrair mais pessoas para a info-inclusão”.

No Tagus Park, José Sócrates também visitou as instalações

daquele que será o futuro Laboratório de Excelência em Mobilidade (LEMe), projecto desenvolvido em parceria pelo Instituto Superior Técnico e empresas como a Siemens e Sun Microsystems, entre outros, para constituir um centro de investigação no domínio tecnológico.

O primeiro-ministro afirmou que iniciativas como esta “devem funcionar como exemplo”, sublinhando que são o rosto de um “Portugal inovador, que não tem medo de arriscar”.

CTT democratizam correio electrónico

O PRIMEIRO-MINISTRO manifestou a sua satisfação pela criação do novo serviço dos CTT que vai permitir que todos os cidadãos passem a dispor de uma caixa de correio electrónico.

Para José Sócrates, este projecto, que se enquadra de forma inovadora no âmbito do Plano Tecnológico, vai ajudar a acelerar a modernização de toda a sociedade portuguesa.

“É com projectos como este – referiu o primeiro-ministro – ambiciosos, inovadores e modernizadores, que se constrói o Plano Tecnológico”, democratizando o acesso às novas tecnologias da informação e comunicações, “levando-as a todos os sectores da sociedade”, como forma de combate à info-exclusão.

Para concretizar esta iniciativa, os CTT investiram 2,5 milhões de euros, num projecto que esteve em estudo durante cerca de um ano e que necessitou de apenas nove meses para ser executado, tendo sido concebido inteiramente com tecnologia e know-how de empresas do grupo CTT, lembrou, a propósito, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, no acto de apresentação pública deste projecto.

O ViaCTT, assim se designa este novo meio de acesso às modernas tecnologias de informação e comunicações, visa oferecer a cada cidadão e às empresas, a possibilidade de dispor de uma caixa

de correio virtual, e deste modo poderem passar a receber e a enviar mensagens via Internet.

Como referiu o ministro Mário Lino, a partir de agora está criada a possibilidade de 10 milhões de portugueses passarem a ter à sua disposição caixas postais electrónicas pessoais, uma por cada cidadão, empresa e instituição.

A adesão a este serviço é gratuita, e encontra-se já disponível no portal www.viactt.pt, ou através do número verde 808202029.

Os CTT asseguram que este serviço será rentável, uma vez que a distribuição dos mails, será efectuada através do mailcenter e pagos pelo remetente.

De entre as inúmeras vantagens do ViaCTT, destaque para a possibilidade de se poderem agrupar várias facturas electrónicas, extractos bancários ou outros documentos num único sítio.

A caixa postal electrónica, recorde-se, faz parte do programa para a simplificação e combate à burocracia na Administração Pública, no âmbito do Simplex.

Nesta primeira fase, o serviço estará somente disponível no portal próprio, mas muito em breve, como garantiu o ministro Mário Lino, passará a estar igualmente à disposição dos utentes em todas as estações dos correios de norte a sul do país.

R.S.A.

Amado substitui Freitas nos Negócios Estrangeiros

POR razões de saúde, o professor Freitas do Amaral solicitou a sua saída do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Partido Socialista e o Governo elogiaram a forma como Freitas do Amaral desempenhou o seu cargo de ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, tendo o líder parlamentar socialista, Alberto Martins, sublinhado que tanto o PS, o Governo e o Estado português “lhe devem um grande agradecimento”.

Há tempos que se sabe que o professor Freitas do Amaral padece da coluna, facto que o obrigou há alguns anos a ficar retido na cama por um período prolongado, e que agora o vai obrigar a submeter-se a três ou quatro intervenções cirúrgicas.

Para Alberto Martins, o até agora titular da pasta dos Negócios Estrangeiros é uma grande figura do Estado, tendo o seu desempenho trazido um enorme prestígio internacional ao país fruto, como salientou, da sua grande “preparação cultural, cívica e política”.

Um dos exemplos que o líder parlamentar socialista evoca para acentuar o magnífico trabalho desenvolvido por Freitas do Amaral, prende-se com os “excelentes resultados alcançados no âmbito da negociação dos fundos estruturais para Portugal”.

Também o primeiro-ministro, José Sócrates, frisou o extraordinário contributo que, com toda a sua experiência e prestígio internacional, Freitas do Amaral “deu ao Governo e aos interesses nacionais na condução da política externa portuguesa”.

Na opinião de José Sócrates, o professor Freitas do Amaral revelou sempre um elevado sentido de Estado e “uma enorme dedicação à causa



pública”, sendo na perspectiva do primeiro-ministro justo reconhecer também, de entre um conjunto vasto de iniciativas que protagonizou, o modo muito especial e determinante como, em nome de Portugal, negociou as perspectivas financeiras da União Europeia, assunto que para o primeiro-ministro se reveste “da máxima importância para o futuro imediato do país”.

Por todas estas razões, Sócrates entendeu manifestar em nome do Governo o seu reconhecimento ao até agora titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, “pelos servi-

ços distintos prestados a Portugal” aguardando o chefe do Executivo que Freitas do Amaral alcance o rápido restabelecimento, na certeza também, “do muito que ainda terá a dar ao país”.

Dos dois nomes agora empossados, Luís Amado transita para os Negócios Estrangeiros, só Nuno Severiano Teixeira entra pela primeira vez no Governo, com a responsabilidade na pasta da Defesa.

Recorde-se que Severiano Teixeira fez parte do segundo Governo liderado por António Guterres, entre 1999 e 2001, tendo na altura

exercido as funções de ministro da Administração Interna.

Para Alberto Martins, as alterações agora registadas no Executivo correspondem a uma evolução normal “que queremos saudar”, constituindo uma continuidade e uma coesão na acção do Governo, que para o líder parlamentar socialista, “é relevante pela forma como soube resolver esta dificuldade inesperada”.

Ainda na perspectiva daquele responsável do PS, tanto Luís Amado, agora com a responsabilidades na pasta dos Negócios Estrangeiros,

como Nuno Severiano Teixeira, na Defesa, garantem “um elevado cumprimento” das suas funções governamentais para as quais foram investidos.

À saída da cerimónia da tomada de posse os dois novos membros do Executivo assumiram a continuidade das políticas dos seus antecessores, reafirmando que apesar de ter havido uma mudança de ministros, não haverá lugar a qualquer alteração de políticas.

Segundo Luís Amado, será mantida a linha de continuidade, porque o programa do Governo é para cumprir.

R.S.A.

Diplomacia económica mais transparente e eficaz

NOVO REGIME DE FUNCIONAMENTO

A INTRODUÇÃO de mecanismos de “maior eficácia e coordenação” entre os ministérios Negócio e Economia é uma das novidades do novo regime de funcionamento da diplomacia económica nacional aprovado recentemente pelo Executivo do PS.

Este enquadramento legal visa assim favorecer o crescimento económico e criar “um clima favorável à inovação e à tecnologia, bem como à criação de novos mercados e à geração de emprego de qualidade em Portugal”.

Na área dos Negócios Estrangeiros, o Conselho de Ministros deu luz verde a um decreto que define uma nova estrutura orgânica, o regime de financiamento no âmbito do Fundo Europeu para os Refugiados e uma proposta sobre o estatuto aplicável ao pessoal técnico superior especializado daquele Ministério.



Em síntese, o diploma “clarifica as competências de cada um dos ministérios envolvidos na diplomacia económica”, atribuindo-se aos Negócios Estrangeiros “a competência para sedimentar

a imagem externa de Portugal” e “representar os interesses nacionais no estrangeiro”.

No âmbito do quadro de competências, o ministério agora chefiado por Luís Amado tem de “detectar

oportunidades de negócio no estrangeiro e alertar as entidades portuguesas responsáveis para elas, bem como estreitar os contactos com as comunidades de empresários portugueses no estrangeiro, dinamizando as respectivas relações com a economia portuguesa”.

Já ao Ministério da Economia e da Inovação caberá “promover acções com vista ao fomento das exportações, à manutenção e captação do investimento estrangeiro, à internacionalização das empresas portuguesas e à promoção de Portugal como destino turístico”.

Quanto ao novo estatuto do pessoal técnico superior especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros que prevê a alteração do actual regime de recrutamento e de exercício de funções, refira-se que este será ainda submetido a apreciação e votação parlamentar.

Nele, são introduzidos “critérios de transparência, bem como regras mais abrangentes de rotatividade”,

com vista a conferir maior rigor à gestão dos recursos humanos, aumentar a qualificação dos candidatos e definir um período máximo de permanência continuada no mesmo lugar.

O Executivo socialista quer igualmente “introduzir um quadro que permita maior flexibilidade da gestão das vagas disponíveis, que passará a ser efectuada por dotação global e não espartilhada por áreas de especialidade”.

Em relação à nova estrutura orgânica e ao regime de financiamento do Fundo Europeu para os Refugiados, serão definidas a estrutura de “gestão flexível e adequada, com uma nova composição da comissão de acompanhamento e as áreas de intervenção elegíveis para financiamento”. Este fundo será executado através de dois programas plurianuais, até 2007 e de 2007 a 2010, cada um deles a operacionalizar em programas anuais.

Novo regime de apoio às artes

Isabel Pires de Lima divulgou no Centro Cultural de Belém as novas regras de apoio ao sector para 2007

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O CENTRO Cultural de Belém foi o palco escolhido pela ministra da Cultura para a apresentação dos novos mecanismos de apoio às artes, onde a fotografia e o multimédia passaram também a integrar as artes a serem contempladas com eventuais apoios por parte do Estado.

Trata-se, como frisou a responsável pelo Ministério da Cultura (MC), de um documento que pretende proporcionar uma maior sustentabilidade das entidades a apoiar pelo MC, através do Instituto das Artes (IA), melhorando, nomeadamente, como foi referido, o aproveitamento dos recursos disponíveis do Estado na promoção e internacionalização da criação portuguesa.

Este documento será agora objecto de uma diversificada discussão pública, que terá lugar de norte a sul do país, durante cerca de três semanas, proporcionando aos diversos agentes culturais apresentarem as suas sugestões de modo a darem o seu próprio contributo para a elaboração de um projecto final.

Para Isabel Pires de Lima, este programa visa, antes de mais, apostar em três princípios que classificou de prioritários. Na simplificação de todo o processo, combatendo o que classificou de “sufoco financeiro de um sistema pesado e lento”, na descentralização, levando mais cultura, “ao interior, apostando na dinamização, nomeadamente dos cine-teatros, promovendo assim o acesso de mais público às artes” e finalmente, responsabilizar, através da consolidação das entidades de criação na programação.

No novo projecto de diploma e na nova regulamentação, como adiantou a responsável pela pasta da Cultura, será feita essa diferenciação entre os diversos tipos de apoio em função da natureza das entidades e natureza dos projectos.

Às seis áreas ligadas até agora às artes, e que vinham sendo objecto de vários apoios por parte das entidades oficiais, duas novas disciplinas são agora igualmente contempladas neste projecto do Governo, a fotografia e o multimédia, que passarão também a poder ser abrangidas pelos apoios do Instituto das Artes, que a partir do próximo mês de Outubro passará a ser Direcção-Geral das Artes.

A tecnologia ao serviço da arte

Com a apresentação deste documento, o Governo garante, desde



já, uma diminuição substantiva da burocracia que, nas palavras de Isabel Pires de Lima, será “drasticamente reduzida”, uma vez que o novo regime pretende “desmaterializar” e acelerar as candidaturas tendo em vista a concretização dos apoios.

Para que todas estas ideias possam avançar rápida e eficazmente, como defendeu a ministra da Cultura, nomeadamente em relação aos processos de pedidos de apoio e apreciação por parte do Ministério dos diversos projectos culturais, a via electrónica passará a constituir a base prioritária e privilegiada de comunicação entre os agentes culturais e o IA.

Deste modo, afirmou a ministra, e para que tudo fique mais claro, o MC afixará, igualmente online, e em tempo oportuno, por despacho, quer as entidades, quer o montante financeiro disponível por região e para cada modalidade, registando “os dados quantitativos e qualitativos sobre a actividade de cada estrutura”.

Pretende-se assim, como disse, por seu lado, o secretário de Estado da Cultura, Mário Vieira de Carvalho, não só facilitar o papel de cada um dos agentes culturais nas suas relações com a tutela, como tornar as decisões do MC e do Instituto das Artes mais claras e justas, passando a poder-se jogar com os indicadores verdadeiros que estão no terreno, nomeadamente como recordou, com a realidade que em

2005 nos diz, por exemplo, que o custo médio de espectadores variou entre um e os 300 euros, esclarecendo definitivamente o facto porque é que existem agentes culturais cuja dependência do Estado se situa hoje entre os 60 por e os 86 por cento.

Para a responsável pelo Ministério da Cultura, Portugal atingiu já uma maturidade democrática que nos obriga a termos que “questionar velhas práticas”, de modo a que o país possa “encarar as mudanças necessárias”, tendo em vista a “sustentabilidade do sector”.

Ainda em relação às categorias de apoios que serão dados às diversas iniciativas culturais, estes serão divididos genericamente em apoios directos, indirectos e em articulação com outras políticas sectoriais.

Uma nova visão em relação aos apoios

Ao estar a defender uma maior, mais apertada e selectiva visão dos auxílios a conceder à cultura, o Governo não está, como deixou claro Isabel Pires de Lima, a desresponsabilizar-se do seu papel fundamental de parceiro activo da produção cultural. Do que se trata, e pelo contrário, como salientou, é que os apoios do Estado têm que ser optimizados e em nenhuma circunstância poderão continuar a ser canalizados para produções culturais, por exemplo, onde pra-

ticamente não exista público.

A este propósito, a ministra lembrou que certas companhias “não podem continuar a viver divorciadas das pessoas, que são, afinal, a razão da sua existência”.

Neste sentido, haverá um conjunto de novos incentivos e de apoios, desde os apoios directos, que serão divididos em plurianuais (quatro anos) a entidades de criação ou a festivais e mostras, até apoios bienais a entidades de criação e a entidades de programação, estendendo-se a apoios a projectos pontuais, nomeadamente a actividades com duração até um ano, mas havendo ainda apoios à internacionalização e complementares.

Quanto aos apoios plurianuais, disse a titular da pasta da Cultura, vão ter em conta a actividade profissional continuada no período imediatamente anterior à abertura do concurso, podendo, neste caso, variar de dez a 15 anos, e no caso do apoio às entidades de criação a residência numa zona do país com menor índice de oferta cultural será, por seu lado, um factor a valorizar adicionalmente.

Quanto aos apoios plurianuais a dar à programação de festivais e mostras, exige-se neste caso que tenham tido uma actividade regular, pelo menos durante dez anos, com uma consequente e efectiva programação, cenário a que se deve juntar o facto de neste período terem sido obrigatoriamente objecto de apoios por parte do Ministério da Cultura

CUMPRIR O PROGRAMA DO GOVERNO

Para o Ministério da Cultura, trata-se, com a apresentação deste documento, de cumprir os princípios e os objectivos traçados no Programa do Governo, que apontam para a promoção do acesso público às artes, à criatividade e à consolidação das diversas entidades ligadas ao sector.

ALGUMAS ALTERAÇÕES EM RELAÇÃO AO PASSADO

- A fotografia, o multimédia, o *design*, a arquitectura e as artes plásticas, podem, a partir de agora, também candidatar-se a apoios mais prolongados.
- As autarquias passam a poder assinar protocolos com o Instituto das Artes
- Apoios por períodos superiores a quatro anos passam a ser efectivados por convite

em pelo menos três edições.

No que se refere aos apoios plurianuais, os requisitos aqui exigidos, passam por cinco anos de actividade profissional continuada e o apoio do MC durante dois anos nesse período.

Em relação à tão desejada internacionalização dos diversos produtos culturais portugueses, sector onde o MC quer apostar fortemente, os apoios aqui não vão ter prazos em relação à apresentação de candidaturas, uma vez, como sublinhou a titular da pasta da Cultura, os pedidos “serão apreciados em função do relevante interesse cultural dos projectos face às linhas estratégicas definidas para o ano respectivo”.

Ainda no âmbito da internacionalização, o PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado) canalizará também apoios que passarão, neste caso, a ser articulados com o Instituto Camões em dupla tutela entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Cultura.

Na perspectiva de Isabel Pires de Lima, as ajudas e auxílios financeiros que o Estado canaliza para os agentes culturais terão que servir para melhorar e otimizar a oferta deste sector, defendendo que serviço público é aquele “que não pode ser sustentado sem o apoio do Estado”, mas esse mesmo Estado, em sua opinião, “não deve apoiar as estruturas que têm manifestamente sustentabilidade financeira”.

Revisão da Lei de Programação Militar



DEFESA NACIONAL

O Executivo socialista avança para a especialidade com um documento que prima pela maior clareza conceptual e reforço de critérios de opção perante aquisição de novos equipamentos.

MARY RODRIGUES

A ASSEMBLEIA da República aprovou na generalidade a proposta governamental de Lei de Programação Militar (LPM) com os votos favoráveis da maioria parlamentar socialista.

Durante a discussão em plenário, Luís Amado garantiu a “total disponibilidade” do Executivo para introduzir alterações ao diploma em sede de especialidade.

“Estamos totalmente abertos para discutir”, assegurou o então titular da pasta da Defesa, que entretanto assumiu funções como ministro dos Negócios Estrangeiros.

A proposta governativa para uma nova LPM prevê um investimento de 5,45 mil milhões de euros na modernização das Forças Armadas (FA) até 2023 e introduz como principal novidade a venda de equipamento militar no valor de 290 milhões de euros.

No documento é igualmente criada, pela primeira vez, uma força conjunta de helicópteros atribuídos à Força Aérea, Marinha e Exército, que ficará sediada no Montijo e sob a dependência do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

No debate que antecedeu a votação na generalidade do documento, o deputado do PS Marques Júnior sublinhou a importância da LPM “quer pelo que representa para o reequipamento das FA, de modo a poderem responder à exigência do exercício das novas missões de segurança ligadas às novas ameaças, quer pelo esforço financeiro do Estado português”.

Saudando a iniciativa do Governo

na revisão da LPM, especialmente pelo que ela significa de coragem política num conjuntura de dificuldades financeiras para o país, Marques Júnior descreveu o documento como “a síntese possível que permite um equipamento equilibrado a prazo”.

Ela representa ainda – frisou – “uma resposta, quer àqueles que afirmavam que o Governo não se preocupa com as FA, que às próprias Forças Armadas, manifestando o reconhecimento pela sua acção, nomeadamente em missões de paz”.

Ao debruçar-se sobre as novidades contidas na proposta governativa de revisão da LPM, o deputado socialista salientou que esta tem por referência um quadro completo de orientações de doutrina que regulam hoje a actividade das FA e da Defesa Nacional.

Segundo Marques Júnior, o diploma do Executivo leva em conta um novo ambiente estratégico internacional, onde se vão multiplicando os teatros de operações.

A opção pela valorização de programas relacionados com investigação e desenvolvimento no processo de consolidação de uma Política Europeia de Segurança e Defesa, a adopção de uma estratégia de alienação de equipamentos que viabilize a constituição de núcleos de forças tecnologicamente actualizadas, de dimensão equilibrada e integradas no Sistema Nacional de Forças, são outros dos pontos-chave assinalados pelo parlamentar socialista, para quem estas preocupações desenham “um quadro de referência que dá sentido ao sentido de responsabilidade do Governo ao serviço do interesse nacional”.

“Trata-se de um quadro que diz sim a um investimento nas FA, mas clarifica, racionaliza, explica e justifica”, afirmou, concluindo ser absolutamente essencial que se dê igual importância, neste processo de revisão que se inicia, quer à dimensão do equipamento quer à da qualificação e dignificação pessoal, porque “as FA continuam a ser uma instituição fundamental do Estado de direito democrático”. M.R.

AR aprova certificação dos manuais escolares

QUALIFICAÇÃO DO ENSINO

O NOVO regime jurídico dos manuais escolares que institui a certificação dos livros antes do seu lançamento no mercado e alarga os apoios aos alunos mais carenciados foi aprovado pelo Parlamento com os votos favoráveis da bancada do PS.

De acordo com a nova lei, é criado um sistema de avaliação dos manuais escolares antes destes serem adoptados pelas escolas, um processo que começará a ser aplicado a partir do ano lectivo 2007/2008.



Assim, com a entrada em vigor deste quadro normativo, todos os editores passarão a ter de submeter os seus manuais a comissões de

peritos designados pelo Conselho Nacional de Educação, que irão avaliar os livros, com a menção de “certificado” ou “não certificado”.

Depois de avaliados, os professores de cada escola ou agrupamento de escolas terão de seleccionar os manuais que mais se adequam ao seu projecto educativo, de entre os que tiverem sido certificados.

O novo regime aumenta de três para seis anos o prazo de vigência dos livros, uma medida destinada a possibilitar que o mesmo manual possa ser utilizado por outros alunos da mesma família, durante mais tempo.

Três perguntas a Paula Barros

Coordenou o Grupo de Trabalho dos Manuais Escolares, no âmbito da Comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, num labor que se prolongou por um ano. Paula Barros, ao “Acção Socialista” relata a sua experiência e assinala as inovações da lei dos Manuais escolares



COMO foi o trabalho até se chegar ao texto final da lei dos manuais escolares?

Não posso deixar de qualificar todo o trabalho que conduziu ao texto final da nova lei que regula o regime jurídico de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares como francamente positivo.

Esta foi uma temática que suscitou o interesse de todos os grupos parlamentares que responderam ao desafio, apresentando Projectos de lei próprios.

Podendo parecer que o trabalho deste grupo se prolongou muito no tempo, devo reconhecer que todo esse tempo foi útil, nomeadamente, no espaço que foi conseguido para auscultar e envolver os diversos intervenientes e o público, em geral, na produção de contributos importantes para o aperfeiçoamento do texto final.

Foi durante este tempo que o Governo promoveu uma ampla discussão pública da sua proposta de lei e a Assembleia realizou uma audição parlamentar sobre a temática dos manuais escolares que eu própria propus, bem como abriu um fórum no seu sítio oficial na Internet.

De todas as abordagens foi fácil perceber um alargado consenso em torno dos princípios gerais constantes na Proposta de lei apresentada pelo Governo.

Houve, no entanto, espaço para evoluir até ao texto final, procurando enriquecê-lo.

Reconheço que todo o trabalho que assumi de elaboração de relatórios das diferentes iniciativas legislativas, preparação dos debates na generalidade, análise comparada do que se passa nos outros países da Europa em relação a esta matéria, audição e leitura atentas

de todos os contributos produzidos por diferentes agentes (pais, professores, editores e livreiros,...) me permitiu conduzir os trabalhos de discussão na especialidade com abertura mas, também, objectividade.

O debate, em sede de especialidade, foi rico, com a participação empenhada de todos os grupos parlamentares e tenho a certeza de que o texto final produzido apresenta a qualidade e dignidade que se exigem a qualquer texto normativo. Devo dizer que foi gratificante concluir este trabalho com a certeza de que produzimos um articulado que atende, claramente aos princípios de exigência e qualidade abraçados e defendidos pelo nosso Governo.

Quais os pontos que salienta como mais importantes da nova lei?

Há três pontos fundamentais que gostava de realçar.

Contextualizando, parece-me importante dizer que nós temos problemas na área dos manuais escolares sobretudo do que respeita à sua qualidade científica e ao peso que constituem em termos de despesa familiar. A legislação existente que reporta a 1990 não tem, de forma alguma, respondido positivamente a estas preocupações. Como tal, é de realçar: o passo evolutivo importante que a nova lei constitui, desde logo, no que respeita à qualidade. O processo de avaliação e certificação prévia dos Manuais escolares vai permitir a garantia de qualidade que se exige a este instrumento didáctico-pedagógico que continua a ser o mais importante no nosso país. Parece-me que o culto da avaliação como vector de qualidade é a atitude mais correcta.

O alargamento do período de vigência dos manuais escolares para seis anos, vinculando-os ao período da vigência dos programas curriculares não esquecendo a abertura à alteração deste espaço temporal aos manuais que versem conteúdos de disciplinas ou áreas disciplinares susceptíveis de contínua evolução, gerando eventuais alterações ao programa se revelem indispensáveis.

O princípio da equidade social, chamando à responsabilidade dos mecanismos de acção social escolar a garantia progressiva de gratuitidade dos manuais escolares, desde logo e em primeira linha, às famílias mais carenciadas.

De que forma esta legislação vai contribuir para a estabilidade de vida escolar?

Sendo ainda, o manual escolar, como já disse, o mais importante recurso didáctico-pedagógico adoptado no nosso país, a produção de uma legislação clara, adequada à nossa realidade exequível e que se constitua como um pilar de garantia de qualidade é, desde logo, um contributo fundamental para a estabilidade da vida escolar.

A nova lei vai logo à partida garantir e tranquilidade aos docentes para o verdadeiro exercício de uma real autonomia na fase de avaliação e adopção dos manuais escolares pela qual são, absolutamente, responsáveis.

Por outro lado, o alargamento do período de vigência vai conferir a estabilidade necessária aos docentes, nomeadamente, no que respeita à preparação de outros recursos didáctico-pedagógicos complementares e às famílias no desejável acompanhamento dos seus educandos e no que respeita à redução da despesa familiar pela possibilidade de reutilização dos manuais.

Sendo certa a aposta do Governo, no caso concreto, do Ministério da Educação nos princípios de qualidade e estabilidade, fico com a certeza de que esta nova legislação, encerra um forte contributo nesse sentido por regular os processos de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares que, insisto, não podemos esquecer, são o mais importante recurso didáctico-pedagógico pelo que, continua a ter um peso fundamental na qualidade da educação em Portugal.

Inaugurada bolsa de emprego electrónica

Mais de duas mil pessoas deixaram o seu currículo para se candidatar a ofertas de emprego neste novo canal de acesso ao mercado de trabalho.

A INAUGURAÇÃO do portal Netemprego obrigou o IIEFP a alargar a capacidade tecnológica do mesmo, de oito para 11 servidores, isto porque nas suas primeiras horas de existência a bolsa de emprego electrónica criada pelo Executivo socialista registou mais de 100 mil acessos simultâneos.

Visivelmente satisfeito pelo sucesso deste instrumento tecnológico que visa diversificar os canais de acesso ao mercado de emprego, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, sublinhou, após a cerimónia de apresentação do portal, que o Netemprego arrancou com uma base de dados que inclui 20 mil entidades empregadoras, 50 mil currículos inscritos (de indivíduos inscritos no IIEFP) e recebeu, nas primeiras horas de funcionamento, “a inscrição voluntária de mais 1.100 portugueses”.

Vieira da Silva destacou também que esta bolsa de emprego electrónica será “um instrumento decisivo de mudança e modernização nos serviços de emprego” em Portugal, acrescentando que um dos seus principais objectivos passa por “tornar os processos informais de procura e oferta de emprego em coisas do passado”.



Segundo o ministro, o novo portal “não representa um investimento muito significativo” e “os ganhos potenciais serão muito mais elevados”.

O primeiro-ministro, José Sócrates, também presente na cerimónia de lançamento, frisou que este é “mais um dos projectos emblemáticos do Plano Tecnológico” e “um instrumento poderoso ao serviço da modernização da

economia” portuguesa.

José Sócrates considerou que ferramentas electrónicas como o Netemprego e a Segurança Social Directa traduzem “a evolução que a Administração Pública portuguesa tem registado nos últimos anos”, transformando-a numa entidade “que dá exemplo e sinais claros à sociedade de que as áreas das tecnologias de informação e comunicações serão uma grande

prioridade”.

Através deste portal, situado em www.netemprego.gov.pt, quem procura emprego, seja porque está desempregado ou porque quer mudar de emprego, pode pesquisar e entregar candidaturas através da Internet a todas as ofertas de emprego da rede do IIEFP.

As entidades empregadoras podem, através do portal, entre outras funções, colocar on-line

ofertas de emprego e pesquisar e convocar pessoas disponíveis para trabalhar.

Até final de Outubro, o IIEFP implementará em todos os centros que não disponham de espaços de Livre Serviço para o Emprego, um conjunto de quiosques electrónicos para que todos os candidatos possam aceder ao Netemprego, mesmo que não tenham acesso à Internet em suas casas.

Governo quer regularizar situação de estrangeiros ilegais a trabalhar em Portugal

IMIGRAÇÃO COM NOVAS REGRAS

PERMITIR a resolução da situação da quase totalidade dos imigrantes que se encontram clandestinamente em Portugal é o objectivo estratégico e central do ante-projecto da Lei da Imigração do Governo socialista, onde, segundo o secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, José Magalhães, existem “vários mecanismos” que podem viabilizar o processo de legalização.

José Magalhães falava aos jornalistas após a apresentação das novas unidades comunicacionais interactivas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), ocasião em que esclareceu que os imigrantes que se encontrem a trabalhar no nosso país e tenham filhos nascidos cá a frequentar o 1º ciclo do ensino básico reúnem



as condições necessárias para regularizar a sua situação.

Todavia, referiu o governante, “a efectiva legalização irá depender de uma avaliação” cujos critérios e métodos serão definidos atempadamente, após auscultados os pareceres das associações de imigrantes e parceiros sociais.

Recorde-se que o diploma do Executivo esteve até ao final de Junho num processo de consulta pública, devendo dar entrada na Assembleia da República até Setembro.

Se for aprovada, a nova Lei da Imigração permitirá a atribuição de um visto de residência temporária aos estrangeiros que pretendam procurar trabalho em Portugal, desde que possuam as qualificações adequadas à bolsa de emprego anualmente fixada, mediante parecer da Comissão Permanente da Concertação Social.

Este sistema – que o Executivo do PS designa como “contingência global de oportunidades de trabalho” – exige que os estrangeiros entrem no país com uma promessa de contrato de trabalho ou interessados na bolsa de emprego que será divulgada on-line pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

O ante-projecto estabelece também um novo regime de vistos para a imigração temporária e a concessão de autorizações de residências a investigadores e quadros qualificados estrangeiros.

O Governo pretende ainda criar um único título para todos aqueles que residem legalmente em Portugal e estabelecer um regime mais adequado para combater o tráfico de seres humanos e a imigração ilegal.

Contas individuais para complementar pensões de reforma

SEGURANÇA SOCIAL

As medidas propostas pelo Executivo para a reforma da Segurança Social vão garantir o equilíbrio do sistema até 2036 e a sua sustentabilidade até 2050 com recurso ao Fundo de Estabilidade da Segurança Social.



DESCONTAR para contas individuais de segurança social geridas em regime de capitalização, através de um fundo público cuja gestão deverá, posteriormente, ser contratualizada por privados, é uma das propostas que o ministro do Trabalho e Solidariedade Social apresentou recentemente aos parceiros sociais, no âmbito de uma reforma estratégica do sector.

A utilização desta via estará limitada aos casos em que os contribuintes venham a ser penalizados pelo novo factor de sustentabilidade da Segurança Social que o Governo socialista tinha anunciado e que se prende com o aumento da esperança média de vida.

Mas, no caso de não optar pelas contas individuais complementares da pensão de reforma, os contribuintes poderão ainda escolher entre trabalhar até mais tarde

(garantindo dessa forma a sua pensão), aposentar-se aos 65 anos com prestação social inferior ou descontar mais do que o definido na lei, conseguindo dessa forma reformar-se na mesma aos 65 anos, mas sem qualquer contrapartida pecuniária.

O Governo reafirmou, assim, a sua determinação em avançar com uma reforma da Segurança Social pautada pelo reforço dos mecanismos de incentivo à permanência no activo e de penalização pelas reformas antecipadas.

O ministro do Trabalho e da

Solidariedade Social, Vieira da Silva, apresentou recentemente aos parceiros sociais um documento de trabalho que concretiza os princípios até agora defendidos e que mostra os efeitos financeiros das medidas reformistas nas próximas décadas.

No documento, o Executivo do PS reafirma cinco medidas estruturais no âmbito da reforma da segurança social, entre as quais a aceleração da entrada em vigor da nova fórmula de cálculo das pensões, que considera toda a carreira contributiva do beneficiário.

Esta fórmula de cálculo das pensões está estabelecida na Lei de Bases da Segurança Social e deveria entrar em vigor em 2017, mas segundo os planos do Governo deverá entrar em vigor já no próximo ano, embora passando por uma fase de transição em que será feita uma ponderação entre as duas fórmulas.

Outra das medidas estratégicas é o relacionamento das pensões com o aumento da esperança de vida, como já foi referido, uma medida que, por si só – garante o Executivo – cobrirá metade do futuro défice da Segurança Social.

Mas as três opções colocadas ao trabalhador na sequência da introdução deste factor de sustentabilidade podem ser anuladas se o mesmo estiver em condições de usufruir de uma bonificação por trabalhar para além da idade de reforma e da carreira contributiva completa.

Assim, um trabalhador com 65 anos e 40 anos de carreira contributiva tem direito a uma bonificação de um por cento por cada mês de trabalho a mais que se reflectirá no cálculo da sua pensão e reduzirá o efeito do factor de sustentabilidade.

Ao mesmo tempo, o Governo propõe para as reformas antecipadas o agravamento de 4,5 para 7,5

por cento da penalização por cada ano abaixo dos 65 anos de idade.

A proposta governamental apresenta ainda como estratégica a desvinculação dos aumentos anuais das pensões aos ciclos políticos, indexando esses aumentos à taxa de inflação e, nos casos das pensões abaixo dos 500 euros, ao crescimento da economia, defendendo ainda a reforma do sistema de protecção em casos de invalidez, deficiência e monoparentalidade.

O reforço do combate à fraude e evasão contributiva e a retirada do sistema de segurança social das prestações não contributivas – que passariam a ser financiadas pelos impostos – são outras das apostas para ajudar à sustentabilidade deste sector.

Segundo o documento apresentado por Vieira da Silva, o efeito financeiro do conjunto de medidas reformistas vai permitir uma redução de 2,8 por cento da despesa com pensões até 2050, data até à qual não se prevê o esgotamento do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

O ministro reafirmou que o objectivo desta reforma é assegurar a todos os cidadãos uma pensão justa, a que todos têm direito, e salientou que isso só será conseguido se todos trabalharem para isso.

Desburocratizar a gestão dos resíduos

A SIMPLIFICAÇÃO do regime geral da gestão de resíduos integra um conjunto de medidas aprovadas pelo Conselho de Ministros.

As medidas agora anunciadas visam, nomeadamente, como referiu o ministro da Presidência, simplificar e aligeirar todo um processo onde se inclui um vasto conjunto de operações ao nível da gestão dos resíduos, ultrapassando os actuais constrangimentos, os quais presentemente, como recordou Pedro Silva Pereira, obrigam a um procedimento geral de autorização prévia que em regra necessitam de cerca de 90 dias.

Para o governante, esta medida de desburocratização permitirá simplificar processos, beneficiando o trabalho das empresas e a própria economia do país.

De facto, em vez dos actuais cerca de 90 dias exigidos, os licenciamentos passam a decorrer num prazo de tempo significativamente mais curto, apontando o Executivo para os 70 dias, ou seja, menos 20 dias do que até aqui.

Este facto, por si só, refere Pedro



Silva Pereira, vai permitir ainda introduzir o estabelecimento de novos mecanismos de regulação da gestão de resíduos por parte das entidades públicas, simplificando também, neste particular, os procedimentos administrativos, reforçando os instrumentos de informação ao público e criando instrumentos económicos aptos a induzir comportamentos de prevenção e de redução de resíduos.

O diploma agora aprovado em Conselho de Ministros estabelece ainda o reforço do planeamento da gestão de resíduos, passando estes a ser objecto de uma apreciação plurianual destinada a avaliar os impactos das suas operações e a actualizar os objectivos aí previstos.

Governo quer relançar actividade científica nacional

REFORMA DOS LABORATÓRIOS DO ESTADO

ATACAR e resolver em profundidade os problemas detectados e os principais bloqueios ao desenvolvimento dos Laboratórios do Estado, visando o relançamento da actividade científica em Portugal e a eficaz prossecução de importantes políticas públicas são os objectivos centrais do documento que define as orientações gerais para a reforma do sector, aprovado no passado dia 29, em Conselho de Ministros.

O processo, implica a redução do actual número de laboratórios para nove, sendo extintas ou integradas noutros organismos cinco instituições, e criadas duas novas entidades.

Esta “reforma de fundo” passará por duas fases: na primeira estará na mira o sistema no seu conjunto, ao passo que, a segunda, passará pela reformulação de cada laboratório em particular.

As orientações que estarão sujeitas a consulta pública estabelecem que o Instituto de Medicina Legal passe a ter o estatuto de Laboratório do Estado.



Prevê-se também a criação do modelo de Consórcio de Investigação e Desenvolvimento (I&D), com a natureza de entidade privada, sem fins lucrativos, articulando Laboratórios de Estado, laboratórios associados, empresas e outras entidades, nacionais ou estrangeiras, incluindo parcerias internacionais de alto nível, em torno de objectivos comuns e para o desenvolvimento de pólos científicos e tecnológicos coerentes.

A duração de um Consórcio será de dez anos, sujeita a revisão intercalar ao fim de cinco anos.

Por outro lado, deixarão de ser considerados Laboratórios de Estado, sendo integrados noutros organismos, o Instituto de Genética Médica Jacinto Magalhães e a Direcção-Geral de Protecção das Culturas.

Além disto, será criado o Laboratório Nacional de Energia e Geologia e o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge acrescentará às suas capacidades as actualmente instaladas no Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação, que será extinto.

Será também criado o Laboratório de Recursos Biológicos Nacionais, que reunirá o actual Instituto Nacional de Investigação Agrária das Pescas e do Mar, e o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

Destaque ainda para a formação de quatro consórcios: o BIOPOLIS – que associará o Laboratório de Recursos Biológicos Nacionais e o Instituto de Investigação Científica e Tropical –, o Consórcio para a Investigação, Prevenção e Mitigação de Riscos Naturais e Ambientais (RISCOS), o consórcio FÍSICA-N e o consórcio OCEANO.

Nos Açores será formado um Centro Internacional de Vulcanologia e será igualmente estudada a realocação das sedes de alguns laboratórios que, actualmente, estão em Lisboa.

Revisão do mapa judiciário dará maior acesso à justiça

MAIS celeridade nos tribunais, mais racionalidade de meios, maior eficiência dos agentes judiciais e um melhor e mais fácil acesso à justiça serão possíveis com a aprovação do novo mapa judiciário, sublinhou o ministro Alberto Costa.

“Tem de ser ultrapassado um factor limitativo que consiste no facto de 54 por cento das actuais comarcas receberem em média menos de mil processos por ano”, defendeu Alberto Costa na sessão de abertura do debate público sobre o novo mapa judiciário, no âmbito do programa “Thémis XXI: A Imagem da Justiça”, que decorreu em Lisboa.

Além disso, acrescentou, “mais de um terço das comarcas têm uma média de entrada de processos de menos de 500 por ano”, defendendo, por isso, ser preciso fazer-se “uma verdadeira reforma, séria e não um retoque num sistema que é do século XIX”.

Segundo o ministro, “é necessário redefinir a circunscrição territorial de referência do sistema”, num quadro em que a “comarca deve ceder o passo a uma unidade que represente um contributo para a capacidade de gestão e responsabilidade do sistema frente aos seus destinatários”.

Entretanto, questionado pelos jornalistas à saída deste encontro,



Alberto Costa disse que a revisão do mapa judiciário, que prevê o fim das comarcas como unidade de referência dos tribunais, vai dar “uma nova flexibilidade ao emprego de meios humanos”, incluindo magistrados e funcionários.

Segundo o ministro, além da reorganização territorial dos tribunais, que vão obedecer a uma nova unidade de referência “mais ampla” e repartida em cinco grandes áreas do país, a reforma implicará um novo modelo de gestão, com pessoas

capazes de “resolver problemas” ligados aos recursos financeiros e humanos.

“O objectivo é mais eficiência, mais economia, mais flexibilidade”, disse Alberto Costa, salientando que esta reforma será “sempre um ganho para os

contribuintes”.

Para o ministro, não se podia continuar a aumentar o número de comarcas, de funcionários, de juizes e de magistrados do Ministério Público, sendo altura de rever “estruturas e conceitos herdados do século XIX”.

Portugueses podem criar empresas “on-line” e usar assinatura digital

ECONOMIA E TECNOLOGIA

A constituição de empresas “on-line” através de um portal específico concebido para o efeito é hoje uma realidade concretizada pelo Governo do Partido Socialista.

MARY RODRIGUES

COM o serviço “Empresa On-line” qualquer pessoa, singular ou colectiva, que se faça representar por um gestor ou administrador na posse de certificados digitais, poderá criar, na hora, num website, uma sociedade comercial por quotas, uma sociedade anónima ou uma sociedade civil sob forma comercial.

As pessoas que desejem constituir a própria empresa de forma directa poderão fazê-lo também, mediante uma “assinatura electrónica certificada”, um mecanismo seguro que poderá ser incluída no Cartão do Cidadão, a implementar no final deste ano.

Segundo uma nota divulgada pelo Ministério da Justiça, o projecto Empresa On-line tem por objectivo central “proporcionar serviços às empresas por via de suporte electrónico, mediante o acesso ao portal Empresa”, melhorando também as condições

de investir e criar riqueza em Portugal.

Através do endereço electrónico www.empresonline.pt passa a ser possível criar empresas de forma rápida, segura e com custos inferiores aos que seriam aplicados se a constituição empresarial fosse efectuada pela via tradicional.

Trata-se, pois, de mais um passo em frente no programa de simplificação e desburocratização que o Governo socialista lançou há alguns meses – o Simplex – e que integra o Plano tecnológico, apresentado em Novembro de 2005.

Este novo meio de criação de empresas é, por tudo isto, bastante rápido, permitindo que o serviço de registo conclua o processo de forma imediata após a confirmação do pagamento, se os interessados optarem por um pacto social de modelo previamente aprovado, ou num prazo máximo de dois dias úteis, se preferirem submeter um pacto personalizado.

O custo de criação de uma empresa on-line é de 360 euros no primeiro dos casos explicitados e de 380 euros no segundo, acrescido do valor do Imposto de Selo.

Acresce dizer que os custos de criação de uma empresa on-line serão reduzidos em 60 euros no caso de a actividade principal da empresa ser classificada como “informática”.

Em declarações aos jornalistas, o secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, frisou que “a vantagem que este sistema de constituição de empresa apresenta face ao registo “na hora” é o facto de os interessados não terem de efectuar qualquer deslocação, como o procedimento assegurado na íntegra por via da Internet”.

Outra das vantagens do serviço Empresa On-line é a da adesão imediata, electrónica e gratuita a um dos seis centros de arbitragem de conflitos de consumo existentes ou ao centro de arbitragem do sector automóvel, contribuindo assim para aliviar a pressão processual sobre os tribunais judiciais.

Assinaturas digitais

Ainda no contexto da desburocratização mediante o uso de tecnologias de informação, há ainda a salientar que a partir do final deste ano, os portugueses terão disponível uma assinatura electrónica validada que permitirá enviar e receber documentos oficiais via Internet.

Este mecanismo surgirá agregado ao Cartão do Cidadão a partir de Outubro e começará por ser experimentado num determinada região do país para depois ser alargado a todo o território nacional.

EMPRESAS “ON-LINE” EM 6 PASSOS

1. Aceder ao portal www.empresonline.pt
2. Escolher a firma ou sociedade comercial
3. Fornecer os dados que sejam solicitados relativamente à identificação dos sócios
4. Escolher de entre a lista de pactos sociais ou, a partir de Outubro, optar pelo envio de um pacto elaborado pelas partes
5. Enviar através do mesmo portal os documentos necessários
6. Pagar por via electrónica os 360 ou 380 euros – conforme a modalidade de pacto escolhida – através de multibanco ou cartão de crédito

A reforma do poder local é funda- para o desenvolvimento do p

A nova Lei das Finanças Locais corresponde ao programa do Governo no que respeita a uma maior autonomia e descentralização dos municípios, afirma o secretário nacional do PS para as Autarquias. Em entrevista ao "Acção Socialista", Miranda Calha defende que o partido está determinado em valorizar e potenciar as actividades dos nossos autarcas, sublinha a importância da revitalização da ANA-PS e reafirma a aposta numa nova ambição para o poder local.

J. C. CASTELO BRANCO

Qual a sua principal prioridade enquanto responsável pelo pelouro das Autarquias do PS?

A nossa principal preocupação que, aliás, surge na sequência das múltiplas reuniões que temos tido com que os nossos eleitos locais, é fazer com que possam ter uma melhor organização, uma melhor possibilidade de encontro entre si, no sentido de dinamizar, de consertar e de dialogar sobre as políticas a desenvolver ao nível dos municípios e freguesias.

Como se sabe, no último acto eleitoral para as autarquias locais, nós apresentámos um programa que visava um conjunto de objectivos que tinham um denominador comum. Era uma nova ambição para o poder local. E essa nova ambição significava uma nova geração de políticas autárquicas, com repercussão nas áreas sociais, no desenvolvimento económico, na qualidade de vida.

E, portanto, é no âmbito do cumprimento desse programa ambicioso que nós temos procurado dinamizar as iniciativas e as acções conducentes a esta nova ambição.

No fundo, pretende-se prosseguir com uma nova ambição o papel fulcral que o PS sempre teve no plano autárquico.

Exactamente. Nós, socialistas, temos um passado de que nos orgulhamos a nível das autarquias locais. No ano em que se assinalam os trinta anos do poder local democrático, é preciso lembrar que as leis estruturantes e essenciais que tiveram a ver com a evolução e o desenvolvimento do poder local estão associadas ao Partido Socialista.

O PS deve valorizar e potenciar as actividades desenvolvidas pelos nossos eleitos nos municípios e freguesias, onde temos uma participação muito significativa e prestigiosa.

Como se tem processado o diálogo que tem vindo a manter com os nossos autarcas?

Este conjunto de contactos, alguns dos quais tiveram lugar nas chamadas regiões-plano, têm sido extremamente profícuos e interessantes a vários níveis. Nos encontros já realizados, em que participaram responsáveis autárquicos, quer dos executivos camarários, quer das assembleias municipais, foram abordadas questões que se levantavam em relação ao desenvolvimento e exercício das respectivas actividades autárquicas.

O que espera da acção da ANA-PS, agora que esta estrutura foi reactivada com a eleição dos seus novos órgãos dirigentes?

Nós tivemos recentemente uma acção significativa visando a reactivação da Associação Nacional dos Autarcas PS, a chamada ANA-PS que, enfim, estava numa situação pouco actuante até aos últimos tempos. Neste âmbito, foram recentemente eleitos os seus órgãos dirigentes, e esta estrutura está agora em condições de ser o espaço de encontro dos nossos autarcas e um elemento dinamizador de

iniciativas e políticas do PS em relação ao poder local.

Tem vindo a ganhar terreno na maior parte da opinião publicada um discurso centrado em críticas continuadas ao poder local e à actividade dos autarcas. Como vê este fenómeno?

Eu penso que acima de tudo nós temos que ter uma visão positiva em relação àquilo que tem sido o trabalho dos autarcas. E eu posso, em termos do eleitos locais do

Partido Socialista, testemunhar aquilo que tem sido o seu trabalho em prol do bem-estar das populações, no âmbito de uma grande dedicação à causa pública.

Os nossos autarcas têm-se afirmado e granjeado respeito pela forma transparente, clara, objectiva e com forte sensibilidade social com que têm exercido a sua actividade.

Evidentemente que há sempre situações ao nível autárquico que merecem reparos e críticas, mas nunca nos devemos esquecer que

são situações pontuais. Por isso, o que interessa sublinhar é o papel fundamental que o poder local no cômputo geral tem tido no desenvolvimento local e nacional.

Os candidatos do PS comprometeram-se nas últimas eleições locais a dar início a um novo ciclo de governação assente numa nova geração de políticas autárquicas. Qual a sua opinião sobre a forma como os nossos autarcas têm levado a cabo este objectivo?

O enquadramento geral em relação aos nossos objectivos centrava-se, precisamente, nas questões que têm a ver com uma segunda geração de políticas autárquicas, com novas prioridades como a criação de emprego e as questões relacionadas com a inserção social e a dinamização económica. Mas também a promoção da qualidade de vida, a dinamização cultural, o conhecimento, o desporto e cultura, a mobilidade social e a promoção de uma cidadania solidária.

Por outro lado, é de destacar a aposta num modelo de financiamento justo e adequado aos novos desafios que se colocam e também



amental país



um modelo institucional que fosse mais moderno e mais claro em termos daquilo que são os novos tempos que temos pela frente, num quadro de contenção orçamental face à grave situação financeira que o país atravessa.

Penso que os nossos eleitos locais têm cumprido com esta nova ambição para o poder local, numa altura em que só passaram ainda oito ou nove meses sobre as últimas eleições autárquicas.

Foi nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se concentra a maioria da população portuguesa, que o PS mais perdeu nas últimas autárquicas. O que pensa fazer para que o nosso partido volte a ser a força política com maior expressão eleitoral nestas duas áreas?

Todas as iniciativas e encontros que temos vindo a realizar têm por objectivo auscultar a opinião dos nossos autarcas, quer façam parte dos executivos camarários, quer estejam na oposição, de forma a prepararmos em conjunto planos de acção de forma a dotar o partido dos instrumentos necessários aos desafios que se vão colocar no

futuro.

Por isso, é preciso, entre outros aspectos, dinamizar a actuação da ANA PS, promover encontros sob as mais diversas temáticas, aprofundar as relações com os nossos autarcas, já que temos de ter linha de conta que haverá eleições daqui a três anos e o partido terá de estar então preparado ao nível do poder local para apresentar os melhores programas e candidatos para voltarmos a ser a maior força autárquica, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Não acha que é necessária uma forte aposta na formação dos nossos autarcas?

Nos contactos que temos vindo a realizar em vários pontos do país já fomos por diversas vezes sensibilizados para essa questão. Neste contexto, posso adiantar que já tivemos encontros com o Departamento das Mulheres Socialistas, mas também com a Juventude Socialista, em particular com a Associação Nacional dos Jovens Autarcas Socialistas, a ANJAS, que nos alertaram para a necessidade de haver iniciativas relacionadas com a formação. E, portanto, nós iremos tomar iniciativas dentro desse âmbito. Aliás, há já experiências interessantíssimas a este nível, nomeadamente no Algarve, onde tomámos conhecimento de um conjunto de iniciativas precisamente relacionadas com a formação de autarcas, e que pretendemos multiplicar.

Que apreciação lhe merece a nova Lei de Finanças Locais, nomeadamente no que respeita às suas implicações no financiamento dos municípios e freguesias?

Nesta proposta de lei há paradigmas importantes que correspondem aos objectivos traçados no programa de Governo, designadamente quanto à reformulação do financiamento das autarquias, fazendo-o obedecer a um conjunto de questões essenciais relacionadas com o reforço dos poderes tributários dos municípios e maior autonomia fiscal.

Por outro lado, esta lei corresponde também a um outro compromisso importante do Governo no que respeita a uma maior descentralização de competências para os municípios, sendo de destacar a criação de um Fundo Social Municipal destinado a despesas nas áreas da educação, saúde e acção social.

Portanto, com esta legislação inicia-se um processo importantíssimo conducente a uma maior descentralização e autonomia. Estamos, em suma, perante uma lei moderna que abre horizontes interessantíssimos para o trabalho das autarquias locais.

Nova Lei das Finanças Locais cria Fundo Social Municipal

O aumento da autonomia das autarquias, a coesão territorial e a redução da dependência das finanças municipais da nova construção são os principais objectivos da nova Lei das Finanças Locais apresentada pelo Governo, que prevê a criação de um Fundo Social Municipal para as despesas com a educação, saúde e acção social.

APRESENTADA em conferência de Imprensa pelo ministro da Administração Interna, António Costa, a nova legislação reformula a fórmula de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) dos municípios.

Actualmente, referiu António Costa, o Estado transfere para o Fundo de Equilíbrio Financeiro dos municípios 30,5 por cento da média aritmética da receita de IRS, IRC e IVA, propondo na nova lei uma redução para 25 por cento.

O FEF divide-se agora em dois: o Fundo Geral Municipal, que engloba a transferência financeira para desempenho das funções autárquicas, e o Fundo de Coesão Municipal, que visa a correcção de assimetrias em benefício das áreas menos desenvolvidas.

Por outro lado, é criado o Fundo Social Municipal (FSM), que só pode ser aplicado em educação, saúde e acção social.

O FSM será composto, já em 2007, por dois por cento da média aritmética da receita daqueles três impostos nacionais e novas competências a transferir da Administração Central para os municípios.

Outra novidade é a possibilidade de as autarquias poderem passar a receber parte do IRS que é cobrado nos seus conselhos, tendo autonomia para reduzir este imposto em três por cento.

Para o ministro António Costa, esta fórmula “introduz um mecanismo importante que reforça a autonomia municipal” e permite uma maior competitividade fiscal entre os diferentes municípios.

Esta percentagem de cinco por cento do IRS tem uma componente fixa de dois por cento e uma variável que vai até três por cento, a fixar anualmente pelos municípios.

Sobre esta variável, o ministro explicou que, se o município nada deliberar, essa receita mantém-se como uma receita do Estado, se o município deliberar que essa receita é municipal, o município tem ainda a liberdade de fixar qual é o montante em que participa nessa receita.

“Tudo o que fique abaixo de três por cento não reverte para o Estado, mas reverte para os contribuintes”,



disse António Costa.

“Se o município fixar em zero a sua participação, isso significa que nesse município a taxa de IRS é três pontos abaixo” da prevista na lei, explicou.

Através das associações ou áreas metropolitanas, os municípios vão finalmente poder participar directamente na cobrança dos impostos.

Maior autonomia das autarquias

O ministro da Administração Interna garantiu que o modelo proposto reforça a autonomia do poder local e não constitui qualquer agravamento da carga fiscal dos contribuintes, que será igual ou menor que a actual, de acordo com a taxa de participação no IRS que cada município fixar.

“Não é uma lei para diminuir aquilo que o Estado transfere para os municípios, é uma lei que visa maior rigor, maior coesão territorial, maior autonomia”, sublinhou.

António Costa anunciou ainda que haverá uma compensação para os municípios que tenham maior extensão de áreas classificadas como Rede Natura ou Área Protegida, bem como incentivos ao investimento municipal em reabilitação urbana.

“A participação nas receitas do IRS diminui a dependência que os

municípios têm do licenciamento de novas construções”, explicou o ministro.

Com esta lei, as verbas que os municípios recebem do Estado serão ajustadas ao ciclo económico, beneficiando do crescimento das receitas fiscais ou da contenção orçamental, acabando a garantia de crescimento mínimo.

Os municípios com dívidas a fornecedores superiores a 50 por cento das receitas

ou incumprimento do pagamento das despesas com Segurança Social, ADSE, salários e rendas vão ser obrigados a celebrar contratos de reequilíbrio financeiro.

Neste capítulo, vai ser consagrado o princípio de não responsabilização do Estado pelas dívidas das autarquias, havendo excepções para despesas com investimentos financiados por fundos comunitários e reabilitação urbana.

O Governo pretende também consolidar as contas dos municípios e das empresas municipais através de auditorias externas, passando a tutela inspectiva a abranger estas empresas.

Para ser criada uma empresa municipal, será necessário um estudo rigoroso de viabilidade económica e financeira.

O secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, adiantou que estão previstos três tipos de empresas: gestão de serviços de interesse geral, desenvolvimento regional e local e ainda gestoras de concessões.

A actividade destas empresas será regulada por um contrato de gestão, no caso dos serviços de interesse geral, ou contrato-programa.

Os gestores das empresas municipais deixam de poder exercer um cargo autárquico para haver autonomia entre empresa e câmara e serão fixados limites à remuneração dos gestores públicos locais. J.C.C.B.

REFORMA ESTRUTURANTE

O deputado socialista Luís Ameixa considera que a nova Lei das Finanças Locais é “uma reforma estruturante” e o cumprimento de uma das promessas eleitorais do PS. “Trata-se de fazer depender menos as finanças e as receitas das autarquias das transferências do Estado e da construção civil”, referiu, acrescentando que com a nova fórmula, em termos de cobrança de IRS, “passa a ser possível as autarquias concorrerem com o Estado, introduzindo um sistema de verdadeira competitividade fiscal, em que um concelho pode oferecer melhores condições que outro”.

OPINIÃO



MIRANDA CALHA

Uma nova ambição para o poder local

INICIA-SE com esta publicação um espaço no "Acção Socialista" dedicado à área das Autarquias Locais. Desejo destacar nesta oportunidade três considerações de índole geral que considero oportunas. Em primeiro lugar, a recente eleição dos órgãos dirigentes da Associação Nacional de Autarcas do PS.

Como se sabe o departamento de Autarquias dinamizou um conjunto de reuniões das quais resultou uma vontade efectiva de reactivação da Associação dos Autarcas PS. Foi isso que se concretizou e a realização recente da eleição dos órgãos dirigentes desta estrutura culminou nesse processo.

A Associação Nacional de Autarcas PS – a ANA PS será assim um fórum de excelência para o debate, para a harmonização, e para a evolução de uma mais aprofundada caracterização, da maneira de actuar, de gerir e de dirigir as autarquias que são apanágio dos eleitos locais do PS.

Em segundo lugar, desejo sublinhar a acção governativa que tem tido lugar, nomeadamente a que tem tido reflexo nas autarquias. Invoco aqui o lançamento do processo de reforma da Lei das Finanças Locais. Trata-se de uma lei inovadora e que contempla questões essenciais já prosseguidas pelo PS e que têm a ver com autonomia fiscal e a criação de um Fundo Social Municipal, que significa maior possibilidade de acção autárquica em áreas tão importantes como a Educação, a Saúde e a Acção Social, tudo isso enquadrado numa legislação que mantém no essencial o volume financeiro global igual, mas que abre perspectivas de competitividade e de futuro muito interessantes.

Trata-se de uma reforma muito importante, que trará uma nova dimensão em termos de acção autárquica.

Uma outra consideração que aqui desejo sublinhar prende-se com a história. O PS e os seus autarcas certamente irão comemorar este ano o 30º aniversário do Poder Local.

Foi durante o I Governo Constitucional que se realizaram as primeiras eleições democráticas para o Poder Local. Por outro lado, não nos podemos esquecer da responsabilidade que o PS sempre tem tido nas leis estruturantes do Poder Local.

As páginas para a área autárquica que aqui se abrem contarão com a colaboração dos eleitos locais. É preciso dar testemunho do muito e bem que os nossos autarcas fizeram e fazem nos respectivos municípios. Até porque como se disse, desejamos uma nova ambição para o Poder Local para melhor servir os portugueses e o desenvolvimento do país.

Rui Solheiro é o novo presidente da ANA-PS

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Melgaço, Rui Solheiro, é o novo presidente da Associação Nacional dos Autarcas do Partido Socialista (ANA-PS).

No âmbito do relançamento da ANA-PS, teve lugar no passado dia 23 de Junho a eleição dos novos órgãos dirigentes desta estrutura (*ver caixa*), que agora inicia um novo ciclo de actividade, assumindo-se como o espaço de intervenção e reflexão dos autarcas socialistas das câmaras e juntas de freguesia do país.

Depois do acto eleitoral, a nova direcção da ANA-PS reuniu-se de imediato sob a presidência de Rui Solheiro, na

presença do secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, tendo sido decidido levar a cabo uma campanha de mobilização e iniciar um processo de reinscrição de membros desta estrutura.

Entretanto, decorreu no dia 28, no Largo do Rato, uma reunião de trabalho entre Miranda Calha e a nova direcção da ANA-PS, na qual foram analisadas as iniciativas que esta estrutura pretende dinamizar, nomeadamente uma campanha de angariação de novas adesões, a realização de um encontro de autarcas e assinalar os 30 anos de poder local democrático.

COMPOSIÇÃO DA ANA-PS

Mesa da Assembleia Geral

Álvaro Pedro presidente (CM Alenquer)
António Rodrigues 1º secretário (CM Torres Novas)
Fernando Rodrigues 2º secretário (CM Montalegre)

Comissão Directiva

Efectivos

Rui Solheiro (CM Melgaço)
Joaquim Morão (CM Castelo Branco)
José Apolinário (CM Faro)
Joaquim Barreto (CM Cabeceiras de Basto)
Silvino Sequeira (CM Rio Maior)
António Castro Fernandes (CM

Santo Tirso)
José Fateixa Palmeiro (CM Estremoz)
António Borges (CM Resende)
José Cascarejo (CM Alijó)
Jorge Bento (CM Condeixa-a-Nova)
Cândido Moreira (JF Pedronelo/Amarante)

Suplentes

Maria Amélia Antunes (CM Montijo)
Jorge Pulido Valente (CM Mértola)
José Correia da Luz (CM Crato)
Susana Amador (CM Odivelas)
Joaquim Valente (CM Guarda)
Berta Nunes (CM Alfândega da Fé)
João Salgueiro (CM Porto Mós)
Manuel Silva Soares (CM Sever do

Vouga) (JF Santa Catarina/Lisboa)
Fernando Pimentel (CM Corvo)
José Francisco Santos (JF Montijo)
Manuel António Gomes Pinto (JF Arentim)

Membros por inerência

Mário de Almeida presidente do Conselho Geral da ANMP (CM Vila do Conde)
Maria da Luz Rosinha vogal do Conselho Directivo da ANMP (CM Vila Franca de Xira)
José Manuel Rosa do Egipto presidente da mesa do Conselho Geral da Anafre (JF Santa Maria dos Olivais/Lisboa)
Maria Irene Lopes vogal do Conselho Directivo da Anafre

Conselho Fiscalizador

Victor Martelo presidente (CM Reguengos de Monsaraz)
Francisco Orelha secretário (CM Cuba)
Filipe de Sousa relator (CM Santa Cruz/Madeira)
José Pereira Pinto 1º suplente (CM Cinfães)
José Gabriel Pimenta Silva 2º suplente (JF Senhora da Conceição/Angra do Heroísmo)

OPINIÃO



RUI SOLHEIRO
Presidente da ANA-PS

Associação fortalecida e reforçada

NO PASSADO dia 23 de Junho, realizaram-se eleições para os órgãos directivos da ANA-PS. Após anos de inactividade, uma mudança de estratégia se impõe, relançando o espírito novo da velha Associação.

Naturalmente, existe um grande objectivo nesta primeira fase: revitalizá-la!

Formas de comunicação permanente entre autarcas socialistas devem ser fomentadas, criando solidariedade interna, de forma a fazer ouvir a voz dos nossos autarcas junto do Partido e do Governo. Do ponto de vista exterior, esta nova dinâmica permitirá tornar visível a posição dos autarcas socialistas em diversas matérias de vida pública, particularmente nas questões relacionadas com a vida das autarquias.

Para concretizar estes objectivos, torna-se necessário, de imediato, a reinscrição de associados e proceder à revisão dos estatutos, modernizando-os, dando assim corpo a uma verdadeira Associação representativa dos eleitos autárquicos do PS.

Dinamizada e revitalizada por dentro, cumpre agora à Associação, fortalecida e reforçada, uma acção mais interventiva, voltada para o exterior, comemorando os trinta anos de poder local democrático em Portugal, período da nossa História recente, onde o PS e os seus governos cumpriram um papel determinante em prol do desenvolvimento do país e da consolidação da democracia.

Neste momento particularmente difícil que o país atravessa, com repercussões a todos os níveis, naturalmente as autarquias não são excepção.

Deixo, por isso, um apelo à unidade e solidariedade de todos. Mais do que nunca se torna necessário passar da palavra à prática.

Câmara de Baião investe cinco milhões na educação

VISANDO combater os elevados índices de abandono escolar e analfabetismo existentes no concelho, a Câmara de Baião vai investir mais cinco milhões de euros na educação, nomeadamente na expansão do ensino pré-escolar e no reordenamento da rede do 1º ciclo, que prevê a construção de três centros escolares.

O socialista José Luís Carneiro, presidente da autarquia, lançou um apelo ao Governo para que "entenda e apoie este esforço financeiro" na educação, sublinhando que cerca de 70 por cento da população do concelho não concluiu o 12º ano, cerca de 50 por cento não terminou o 9º ano e cerca de 10 por cento é analfabeta.

Quanto à Carta Educativa do concelho, já aprovada pelo Executivo camarário, José Luís Carneiro, disse que se trata de "um estudo profundo" sobre a rede educativa de Baião que constatou ainda existirem "muitos constrangimentos humanos e materiais que contribuem para os baixos índices de escolarização que

caracterizam o concelho".

Numa primeira fase, explicou o presidente da edilidade, foi feita a caracterização da rede educativa e formativa do concelho, na dupla vertente de oferta e procura, incidindo a informação recolhida em diferentes aspectos.

Foram estudados, nomeadamente, a localização dos estabelecimentos escolares, a capacidade de instalação, a evolução da oferta e da procura e as áreas de influência dos equipamentos.

Entre as principais medidas programadas pela autarquia destacam-se a expansão do ensino pré-escolar e o reordenamento da rede do 1º ciclo do ensino básico, estando prevista a construção de três centros escolares, com base nas três escolas EB 2,3 existentes no concelho (Baião, Eiriz e Santa Marinha do Zêzere).

"O objectivo é que no prazo máximo de cerca de oito anos, o 1º ciclo esteja concentrado em seis estruturas que acolherão os alunos das actuais 38 escolas dispersas pelas 20 freguesias", disse o autarca.

Acrescentou que o primeiro centro escolar deverá começar a ser construído, na sede do concelho, já no próximo ano lectivo, quando se prevê o encerramento de oito escolas do primeiro ciclo.

Está ainda previsto o desenvolvimento da Acção Social escolar no pré-escolar e 1º ciclo e a reconfiguração da rede dos transportes escolares, uma medida que se reveste de "grande importância" devido à grande dispersão da rede escolar, disse José Luís Carneiro, referindo-se às 20 freguesias e aos 560 lugares que compõem o concelho de Baião.

O autarca socialista adiantou ainda que o investimento a canalizar para a rede de transporte escolar ainda não foi contabilizado, mas deverá atingir valores "muito elevados".

A criação de uma estrutura de formação profissional destinada à população em idade activa é outra das prioridades do presidente da Câmara de Baião, que aposta na formação agro-florestal e na área do turismo.

Federação do Porto promove Universidade de Verão

ORDENAMENTO E COESÃO TERRITORIAL

Membros do Governo, autarcas, militantes e simpatizantes do PS vão debater e trocar ideias sobre políticas de desenvolvimento do interior.

MARY RODRIGUES



A FEDERAÇÃO do PS do Porto vai organizar, nos próximos dias 14, 15 e 16 de Julho uma Universidade de Verão sobre “Coesão Territorial e Políticas para o Interior”.

O evento, a ter lugar na Casa da Juventude de Chavães, em Baião, visa formar, informar, debater, compreender, cruzar conhecimentos científicos com conhecimentos quotidianos e favorecer a inovação, bem como melhorar o desempenho político nesta área de vital importância para o desenvolvimento sustentado de Portugal.

A abertura deste evento contará com as intervenções do presidente da Comissão Política do PS-Baião, Paulo Pereira, do presidente da Federação do Porto, Renato Sampaio, e do ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa.

A partir das 18 horas deste primeiro dia de Universidade de Verão, decorrerá um primeiro painel, ocasião para Manuel Pinho, titular da pasta da Economia e Inovação, falar sobre “Políticas Económicas para o Desenvolvimento do Interior”; o economista José Lemos tecer considerações sobre “Sistema de Incentivos e Promoção do Investimento”, seguindo-se uma intervenção do empresário Carrilho Belo subordinada ao tema “Empreendedorismo Local”, e finalizando com a alocução do deputado José Manuel Ribeiro a propósito de “Inovação e Novas Tecnologias”.

Já no dia 15, contam-se entre os oradores do segundo painel Nunes Correia (ministro do Ambiente), Joaquim Cavalheiro (director de Estradas do Porto), Orlando Gaspar (arquitecto) e Rio Fernandes (professor universitário) que falarão, respectivamente, sobre os temas “Políticas Públicas para a Competitividade Territorial de Interior”, “Acessibilidades e Equipamentos”, “Qualidade do território” e “Planeamento Estratégico”.

No terceiro painel, da parte da tarde do mesmo dia, participarão o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, o vereador da Câmara Municipal de Matosinhos, Nuno Oliveira, a deputada Manuela Melo e o economista Conde Pinto.

As problemáticas a abordar nesta oportunidade serão “O Turismo

no Quadro de uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável”, a “Valorização dos Recursos Locais na Oferta Turística”, “Estratégias de Promoção” e a “Importância da Qualidade no Desenvolvimento do Turismo”.

Concluído o espaço de debate, o quarto painel tem início programado para as 16h30 desse sábado, com o secretário de Estado das Administração Local, Eduardo Cabrita, a partilhar com os presentes algumas das suas ideias sobre “Modernização do Estado”, seguindo-se Fernando Ruivo e Castro Fernandes (presidente da autarquia de Santo Tirso), que falarão sobre “O Papel do Poder Local na Descentralização e Desconcentração do Estado”, para dar de seguida lugar a mais confronto de ideias com a assistência.

No último dia da Universidade de Verão (domingo, 16), as temáticas em discussão para o quinto painel serão a “Qualificação e Emprego”, “O Poder Local e a Educação”, “Estratégias Locais para a Criação de Emprego” e “A Qualificação: resposta para a Coesão Social”.

Os oradores escolhidos para as abordar serão, por sua vez, Fernando Medina, secretário de Estado do Trabalho e da Formação Profissional, Eduardo Vilar, vereador da Câmara de Lousada, Luísa Barreto, licenciada em Gestão, e Isabel Santos, deputada.

Na sessão de encerramento e apresentação de conclusões, estão previstas as intervenções do presidente da autarquia de Baião, José Luís Carneiros, do presidente da Comissão Política Distrital do PS-Porto, Francisco Assis, e do líder da Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República, Alberto Martins.

Refira-se ainda que as inscrições para a Universidade de Verão sobre “Coesão Territorial e Políticas para

o Interior” serão limitadas, tendo um custo de 10 euros por pessoa e sendo dirigida especialmente ai “quadros eleitos locais”.

Nova dinâmica

Mas, ao iniciar o mês, a federação socialista liderada pelo camarada Renato Sampaio promoveu uma série de debates e encontros no distrito, visando o esclarecimento dos militantes relativamente às políticas que estão a ser implementadas pelo Executivo nos diversos sectores da vida governativa.

Assim, no passado dia 3, nas instalações da estrutura distrital, decorreu o primeiro debate, um evento que teve como tema central o regime de financiamento das autarquias locais e que contou com a participação do secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita.

Do programa de iniciativas do PS/Porto destacam-se também um Encontro Nacional de Quadros da Segurança Social, realizado a 8 de Julho, onde se debateu a reforma da Segurança Social na presença participativa do ministro Vieira da Silva.

Entretanto, teve também lugar um plenário de militantes do distrito onde participou o secretário nacional e ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, e uma reunião do Conselho coordenador do Fórum para o Desenvolvimento do Porto, bem como a recepção formal de 300 novos militantes.

De destacar ainda que, no início de Junho passado, a Federação do Porto constituiu um Gabinete Autárquico sob a coordenação do camarada Castro Fernandes e que terá quatro áreas específicas de intervenção: Formação (a cargo de Nuno Oliveira), Assuntos Jurídicos (Carlos Ribeiro e Marcos Leitão), Assuntos Económicos e

Financeiros (Miguel Ângelo) e Organização e Logística (Alcino Lopes e José Antunes).

O gabinete visa essencialmente harmonizar as acções dos autarcas socialistas, através de uma formação aprofundada em temáticas centrais para o desenvolvimento, visando muito particularmente aqueles camaradas que exercem o seu mandato nos municípios onde PS se encontra na oposição.

Entretanto, após reunião do executivo federativo do Porto, ficaram distribuídos os pelouros pelos membros do Secretariado. Assim, Afonso Lobão será responsável pelas Políticas de Descentralização do Estado, Finanças e Administração, Alcino Lopes estará a cargo das Autarquias, Ana Ferreira cuidará das questões relativas à Defesa do Consumidor, Educação e Cultura, ao passo que André Ferreira intervirá nos Assuntos Regionais.

As Secções Sectoriais, Departamentos Temáticos e Relações com o Mundo Laboral são as áreas integradas no pelouro para o qual foi designado o camarada Artur Penedos. Já o Desenvolvimento Regional e os Assuntos Metropolitanos serão competências do camarada Bruno Almeida.

As Obras Públicas, Transportes, Comunicações, Associativismo e o Gabinete de Recepção de Novos Militantes estarão sob a responsabilidade do deputado Fernando Jesus, enquanto Fernando Miranda se ocupará de temas relativos à Economia Social, ao Cooperativismo e ao Associativismo.

A deputada Isabel Santos foi designada para o pelouro dos assuntos sociais, ficando o camarada João Paulo Correia com a Organização e as Relações com Estruturas.

O Comércio e Serviços ficarão sob a alçada de José Catarino, enquanto a Economia, a Inovação e as Novas Tecnologias serão áreas tratadas por José Ribeiro, ficando a Saúde para Manuel Pizarro e a Organização e as Relações com a CPD com a camarada Otília Areal.

Maria de Lurdes Ruivo, que lidera o Departamento Distrital de Mulheres, tratará de perto a questão da Paridade, enquanto o camarada José Miguel Pacheco ficará com o pelouro da Juventude.

Em declarações ao “Acção Socialista”, o presidente da Federação Distrital do Porto, Renato Sampaio, adiantou que, até final deste mês, esta estrutura do PS vai organizar um debate, a realizar no auditório municipal de Gaia, sobre as políticas educativas do Governo, contando com a presença da ministra Maria de Lurdes Rodrigues.

PS/Évora denuncia golpaças do PCP no distrito

A FEDERAÇÃO de Évora do PS lamentou “profundamente o comportamento antidemocrático e contrário ao interesse do distrito” que tem vindo a ser protagonizado pelo PCP com o apoio do PSD, através do recurso a “expedientes” e “golpes administrativos” cuja principal consequência é o “enfraquecimento ou a paralisção” de instituições fundamentais para o desenvolvimento do distrito, como a Associação de Municípios ou a Região de Turismo de Évora.

Os socialistas eborenses afirmam que o último acto deste processo traduziu-se no impedimento da votação do Presidente da Câmara Municipal de Évora enquanto seu legítimo representante nas eleições para a Região de Turismo, contrariando um parecer escrito da Direcção-Geral da Administração Local.

Tal facto, refere a federação socialista em comunicado, conduziu à “impugnação judicial do acto e à apresentação de uma queixa-crime” contra o presidente cessante da Região de Turismo e os outros membros da Comissão Executiva.

Neste quadro, o PS/Évora “reitera a sua total confiança nos autarcas socialistas, no seu esforço para repor a dignidade das instituições associativas cuja principal missão deveria ser a defesa dos interesses do Distrito”.

A federação socialista “espera também que sejam despoletados os processos necessários para que seja resposta a legalidade na Direcção da Região de Turismo”.

PS/Lisboa organiza Universidade de Verão

A CONCELHIA do PS/Lisboa vai organizar de 6 a 8 de Julho uma Universidade de Verão, que tem por objectivo a formação política de militantes e eleitos locais.

A iniciativa, que decorrerá na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, conta com a participação de membros do Governo, deputados e outros destacados militantes socialistas.

Augusto Santos Silva, António Reis, António José Seguro, Clara Pinto e Carla Madeira são os oradores do primeiro painel, que terá como lema “O PS e os desafios da actual conjuntura política, nacional e estrangeira”. Já o segundo painel sobre “Os contributos do PS para um desenvolvimento sustentável”, contará com a participação de Vieira da Silva, Fernando Serrasqueiro, Macieira Antunes e António Gameiro. “A promoção da qualificação e do emprego” é o tema de outro painel, que terá como oradores Maria de Belém Roseira, Carlos Zorrinho, Luís Nazaré, Pedro Lourtie e Teresa Damásio. O quarto painel em discussão, “A sociedade, o território e o desenvolvimento local”, contará com a presença de Eduardo Cabrita, Ana Paula Vitorino, Manuel Brito, Duarte Correia e Vasco Franco.

Combate ao branqueamento de capitais

O GOVERNO português rectificou a convenção internacional que criou, em Bruxelas, um Serviço Europeu de Polícia, organismo que pretende reforçar o papel desempenhado pela Europol no combate ao branqueamento de capitais.

Para o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, a Europol é a força policial europeia que melhor se encontra preparada para poder enfrentar este tipo de criminalidade, referindo o governante que com a rectificação por parte de Portugal desta convenção internacional ficam criados os meios e mecanismos necessários para que a cooperação transfronteiriça entre as diversas polícias europeias se possa desenvolver de forma mais operacional, abrindo-se, simultaneamente, como sublinhou, um vasto campo de interajuda e de apoio desta polícia europeia com as diversas autoridades nacionais.

O ministro recorda, a propósito, que o objectivo primeiro da Europol é melhorar a eficácia da acção das autoridades competentes dos vários



Estados-membros no combate às mais variadas formas de criminalidade organizada, desde que, como sublinhou, “haja evidentes indícios ou motivos razoáveis para supor o envolvimento de uma estrutura criminoso organizada e quando dois ou mais Estados-membros sejam afectados”.

Ao ratificar esta convenção Portugal passa, a partir de agora, a dispor de formas mais consistentes da colaboração activa com a Europol, que, por sua vez, passará a ter acesso a muitos dados nacionais de forma a determinar se os mesmos são ou não pertinentes para as acções que desenvolve no espaço europeu de combate ao branqueamento de capitais.

Planos de ordenamento do Alqueva e Pedrógão revistos

A REVISÃO do Plano de Ordenamento das barragens do Alqueva e de Pedrógão e a alteração parcial da delimitação da Reserva Ecológica Nacional para as áreas dos municípios alentejanos abrangidos foram medidas recentemente aprovadas, na generalidade, em reunião de Conselho de Ministros.

A revisão em questão incidirá sobre os planos de água e respectivas zonas de protecção com uma largura de 500 metros, contada a partir do

nível do pleno armazenamento.

As alterações previstas no projecto de resolução aprovado pelo Governo incidirão na área integrada nos municípios de Alandroal, Elvas Évora, Moura, Portel Reguengos de Monsaraz, Serpa, Vidigueira e Vila Viçosa.

O documento limita igualmente, uma série de áreas onde poderão surgir novos empreendimentos turísticos, a possibilitar a disponibilização de 16 mil novas camas.

Nova Comissão para a Promoção de Políticas de Família

A COMPOSIÇÃO, as competências e o funcionamento da Comissão para a Promoção das Políticas de Família e do Conselho Consultivo das Famílias foram já definidas num decreto aprovado pelo Governo socialista.

O diploma procede à criação de organismos operacionais no domínio da concepção e da avaliação das medidas com impacto nas famílias que se pretendem venham a ser “mobilizadores da articulação e coordenação entre as várias áreas governativas e promotores da consulta e participação” de outros representantes, como autarquias ou associações não governamentais.

A Comissão para a Promoção de Políticas de Família será composta por representantes dos vários ministérios com competências nesta área, sendo a sua coordenação assegurada por uma membro do Executivo com competência para

os assuntos da família.

A participação nos trabalhos da comissão de “técnicos, entidades governamentais ou privadas e cidadãos com conhecimentos relevantes nesta área” está prevista no diploma, onde se estabelece também que o conselho consultivo será composto por entidades não-governamentais, integrando representantes das famílias, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, da Associação Nacional de Freguesias, parceiros sociais, representantes das misericórdias, mutualidades e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Terão ainda representação neste organismo membros do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e as associações não-governamentais com assento na Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Aprovada nova orgânica dos Serviços de Informação

IMPORTANTES sinergias serão ganhas para o SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa) e o SIS (Serviço de Informação e Segurança), com a proposta de uma nova orgânica para o SIRP (Serviço de Informações da República Portuguesa).

De facto, e como afirmou o ministro Pedro Silva Pereira, no final do Conselho de Ministros, ao efectuar a estes ajustamentos, o Governo não pretende, contudo, como sublinhou, proceder a uma fusão das secretas portuguesas, sobretudo no que respeita ao domínio operacional.

O que se pretende atingir, referiu ainda o governante, é que estes dois serviços possam manter-se e permanecer de forma distinta, conservando ambos a sua autonomia própria e específica, ganhando todavia, com estas alterações, “economias de escala”, cumprindo assim a lei-quadro dos serviços de informação.

Lei-quadro que foi aprovada, recorde-se, em 2004 na Assembleia da República, durante o anterior Governo chefiado por Durão Barroso, tendo na altura merecido o apoio do Partido Socialista, então na oposição.

As alterações agora introduzidas prevêm a existência de serviços partilhados em áreas como a gestão financeira, os recursos humanos e as tecnologias de informação.

Como afirmou Pedro Silva Perei-



ra, o Governo, ao avançar para esta solução, pretende que o Sistema de Informações da República, passe a ficar dotado de uma estrutura coesa, criando um quadro jurídico uno e coerente que possa compreender as especificidades de cada uma das secretas em coordenação com o funcionamento do gabinete do secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, Júlio Pereira.

Embora permaneçam autónomos, os dois serviços de informação

do Estado, (SIED e SIS) passarão, como adiantou o ministro da Presidência, a beneficiar de uma maior racionalização quer de meios, quer de recursos, abrindo-se uma nova janela de oportunidades para que ambos possam centrar a suas acções no cerne das atribuições que lhe estão cometidas, ou seja, na investigação de informações indispensáveis à salvaguarda de independência nacional e à garantia da segurança externa e interna do país.

Simplex nos impostos

OS CONTRIBUÍNTES que tiverem dívidas de impostos sobre rendimentos poderão saldá-las mediante um pagamento em regime de prestações e sem precisar de apresentar garantias, como era obrigatório até agora. Esta medida consta de um decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros que visa facilitar e acelerar o processo de regularização de compromissos contributivos relativos ao IRS e ao IRC.

Com a aprovação deste diploma, o Executivo socialista concretiza mais uma das 333 medidas previstas no Programa de Simplificação Administrativa – Simplex.

Para beneficiar desta medida, os montantes em dívida não poderão ultrapassar para já 2500 euros, no caso do Imposto sobre Rendimentos Singulares, nem de 5000 euros, no caso de Impostos sobre Rendimentos Colectivos.

Os valores serão aumentados gradualmente, mas nesta fase, e por serem verbas relativamente baixas, “basta que os contribuintes solicitem a adesão à referida modalidade de pagamento e que não tenham outro tipo de dívidas, para que tal benefício lhes seja concedido.

No documento aprovado pelo Conselho de Ministros esclarece-



se ainda que as condições para aprovação de processos de pagamento em prestações deverão ser disponibilizadas pela administração tributária na Internet, sendo ainda previsto que as solicitações dos devedores possam ser enviadas por transmissão electrónica, bem como a generalidade dos actos a praticar pelos sujeitos passivos nas situações que se venha a verificar a dispensa de garantia.

De salientar, por último, que esta

medida só será aplicável a impostos sobre rendimentos singulares futuros, isto é, a partir de 2007.

Ainda no sentido de evitar cada vez mais as práticas excessivamente burocráticas, o Governo aprovou também um conjunto de diplomas entres os quais se destaca um decreto que prevê a eliminação do cadastro industrial, dispensando os empresários de fornecerem informações que já constem do processo de licenciamento.

Projecto do PS assegura reforço dos direitos laborais

TRABALHO TEMPORÁRIO

ASSEGURAR uma maior responsabilização das empresas que empregam e utilizam trabalhadores temporários, aprofundar os direitos e garantias destes trabalhadores e promover um reforço de controlo e fiscalização desta actividade são os objectivos do projecto de lei do PS que consagra um novo regime do trabalho temporário.

Com este novo diploma apresentado recentemente pelo Grupo Parlamentar do PS, pretende-se “assegurar um aperfeiçoamento e actualização do regime jurídico do trabalho temporário, conferindo-lhe um novo enquadramento centrado numa maior responsabilização das partes envolvidas nesta modalidade contratual e num reforço da tutela dos trabalhadores”.

Visando o reforço dos direitos e garantias dos trabalhadores, o projecto de lei socialista estabelece



que a duração do contrato laboral temporário a termo certo ou incerto não possa exercer os três anos e proíbe a sucessão de trabalhadores temporários para o mesmo posto de trabalho quando tenha sido atingida a duração máxima permitida, antes de decorrido um período de tempo equivalente a um

terço da duração do contrato.

O projecto de lei do PS proíbe ainda a cedência de trabalhadores entre empresas de trabalho temporário para posterior cedência a terceiros e prevê um mecanismo de execução de cauções no caso do não pagamento pontual das prestações pecuniárias devidas

ao empregado, se esta situação se prolongar por um período superior a 15 dias.

Ainda de acordo com o novo diploma, a empresa empregadora é obrigada a declarar a falta de pagamento pontual das prestações em dívida ao trabalhador no prazo

O novo regime jurídico do trabalho temporário abrange cerca de 77 mil trabalhadores que representam 1,5 por cento da população activa

de cinco dias.

Por outro lado, visando um mais rigoroso funcionamento e transparência da actividade das empresas de trabalho temporário, de forma a evitar situações abusivas, o PS pretende substituir o regime de autorização prévia pelo de licença, que pode ser requerida em qualquer

centro de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Neste quadro, o projecto de lei impõe novos requisitos para a emissão de licença, exigindo, nomeadamente, a existência de uma estrutura organizada adequada e a impossibilidade do exercício da actividade por parte de quem tenha dívidas aos trabalhadores, ao Fisco ou à Segurança Social, resultantes do exercício da actividade de trabalho temporário, independentemente de esta se encontrar cessada ou não.

As empresas passam ainda a ser obrigadas a fazer anualmente prova dos requisitos de emissão da licença de actividade de cedência temporária de trabalhadores, prevenindo-se a suspensão da actividade nas situações em que não seja feita esta prova, durante um período máximo de dois meses, findo o qual a licença é revogada pelo ministro do Trabalho sob proposta do IEFP.

Apostar na qualificação dos portugueses é um imperativo nacional

O PAÍS não pode desperdiçar o capital imenso que representa apostar no ensino e na formação profissional dos portugueses, defendeu o deputado socialista eleito pelo distrito de Évora, Bravo Nico.

Apesar do muito trabalho que este Governo tem pela frente, como referiu, neste, como em muitos outros capítulos, não deixa de ser triste assinalar o facto de os episódios que mais têm merecido destaque a nível mediático se tenham vindo a centrar em pormenores de menor importância para a qualificação dos portugueses, nomeadamente dando maior relevo a manifestações de carácter, laboral, político ou profissionais, esquecendo-se ou apostando-se propositadamente em não se dar importância ao verdadeiro trabalho que o Governo está a empreender nesta área determinante para o futuro colectivo do país.

Para Bravo Nico, a aposta deve passar por privilegiar a divulgação da realidade positiva dos exemplos bem sucedidos, de molde, como advoga, a que a nossa acção possa ser concorrente com o esforço dos cidadãos e das instituições que, em todo o país, “vestindo a camisola do Serviço Público de Educação, trabalham na criação de novas oportunidades de qualificação e no desenvolvimento económico e social da população”.

Os números de uma realidade

Recordando o país que somos, e

muito do caminho que ainda falta percorrer no sentido de uma maior qualificação dos portugueses, o deputado socialista lembrou o facto de Portugal contar hoje com uma população de 10 milhões de habitantes, dos quais 5,5 milhões estão no activo, sendo que destes 3,6 milhões não dispõem sequer do ensino secundário, e cerca de 2,4 milhões não terem o ensino básico. Acrescentando a este duro panorama, há ainda a registar o facto de perto de 1,5 milhões de portugueses não saberem nem ler nem escrever.

Mas se a fotografia das qualificações da população portuguesa se apresenta a cores carregadas, a realidade mostra ainda que metade dos jovens, entre os 18 e os 24 anos de idade, que hoje estão no mercado de trabalho, e que representam aproximadamente meio milhão do total da força activa do país, não possuem o 12º ano de escolaridade e nem sequer se encontram em processo de qualificação.

Estudos recentes demonstram que, dos 5,5 milhões no activo, apenas 4,5 por cento frequentam, regularmente, acções de educação e formação profissional e considera útil a aprendizagem de competências escolares e profissionais ao longo da vida.

O que fazer então perante um cenário que persiste e se tem vindo a acentuar década após década?

Para o deputado do PS, existem dois caminhos possíveis: ou o país conforma-se e resigna-se a

um modelo de desenvolvimento económico e social compatível com as qualificações da sua actual população activa, um modelo de desenvolvimento assente em profissões de baixa qualificação, baixas remunerações e gerador de produtos de baixa tecnologia, “um caminho que conduzirá a um inevitável, paciente e triste, empobrecimento”, ou, em alternativa, deve “ir a jogo” e confrontar o país com os desafios que a Europa e a globalização nos coloca.

Só através da valorização das pessoas e numa aposta séria e sustentada na capacidade empreendedora das empresas, desenvolvendo em simultâneo uma requalificação quer das instituições públicas, quer da própria sociedade civil no seu todo, defende o deputado socialista, é que Portugal poderá enfrentar com êxito os desafios da modernidade apetrechando-se com os mecanismos e os meios indispensáveis capazes de responder aos enormes desafios onde, entretanto, “outros competidores têm vindo a registar avanços consideráveis”.

Para que Portugal possa ganhar o desafio do desenvolvimento, defende, “não basta que o Estado e as instituições cumpram a sua parte, criando novas oportunidades para o exercício do direito de aprender”, também cada cidadão, por si, “deverá assumir a sua quota parte do esforço nacional, ajudando assim a gerar mais qualificação e riqueza para o país”.

R.S.A.

António Costa empenhado em melhorar instalações das forças de segurança

AINDA durante este ano será concluída a Lei de Programação de Infra-estruturas e Equipamento, que permitirá melhorar as instalações das forças de segurança, garantiu o ministro da Administração Interna.

António Costa falava durante a cerimónia de inauguração das novas instalações do Comando da PSP em Coimbra, cujo processo foi iniciado há mais de 20 anos.

“É insuportável a lentidão com que a administração central e o Estado têm tratado as instalações das forças de segurança. É essencial que as forças de segurança sejam dotadas de uma Lei de Programação de Infra-estruturas e Equipamento”, afirmou.

O ministro da Administração Interna afirmou estar empenhado em recuperar as instalações das forças de segurança que se encontram degradadas no país, considerando que a Lei de Programação de Infra-estruturas e Equipamento será um instrumento importante para “organizar os trabalhos”.

Face às dificuldades económicas e financeiras com que o país se debate, António Costa sublinhou que, por isso, “é preciso fazer um esforço de racionalização dos meios, para poupar nos excedentários e concentrá-los onde são necessários”.



O titular da pasta da Administração Interna anunciou ainda a elaboração de estudos sobre a Lei Orgânica da PSP, dispositivo territorial da PSP e GNR, novo modelo de administração interna e alterações à apreensão de bens, no âmbito da reforma das leis processuais em curso no Ministério da Justiça.

Lei de Segurança Interna “desactualizada”

Sobre o novo sistema de segurança interna, cujo estudo preliminar foi apresentado recentemente em Lisboa, António Costa disse que o Governo vai aguardar pela conclusão da segunda parte do estudo, que será entregue até ao final do ano, já com propostas de recomendação.

“Este é o momento do Governo ouvir e reflectir”, sublinhou o ministro, reconhecendo que a actual Lei de Segurança Interna, já com duas décadas, “está desactualizada, pois as ameaças são mais diversificadas do que há 20 anos”.

OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA

Apesar de a maioria e o Governo terem sido claros no sentido de que tal tema não será objecto da presente legislatura e que só após as eleições legislativas de 2009 o Parlamento se irá ocupar desta matéria, próceres do PSD andam há algum tempo envolvidos em luta fratricida a propósito do tema

Inter e Supramunicipalidade

DENTRO do PSD navega a confusão à bolina das dificuldades da liderança.

Um dos pomos da discórdia – imagine-se! – é a regionalização.

Apesar de a maioria e o Governo terem sido claros no sentido de que tal tema não será objecto da presente legislatura e que só após as eleições legislativas de 2009 o Parlamento se irá ocupar desta matéria, para que ela possa ser submetida a referendo popular, nos termos constitucionalmente estabelecidos, apesar disto, próceres do PSD andam há algum tempo envolvidos em luta fratricida a propósito do tema!

Esta espécie de bolha especulativa que grassa no PSD, a várias vezes, sucede a períodos anteriores em que este partido se afirmou como o campeão da regionalização, nos anos 70 e 80 e, depois, como campeão da anti-regionalização, quando dela efectivamente se tratou, nos anos 90. Presentemente não se sabe bem em que campeonato alinhará. Como Marques Mendes não tem mão na casa talvez o melhor seja mesmo alinhar, simultaneamente, nos dois.

A agenda política do Partido Socialista de reforma da Administração Local, que vai ser cumprida nesta legislatura, inclui, no plano supramunicipal, a superação da atribiliária legislação do Governo e da decessa maioria PSD-CDS, que lançou o país no criativismo territorial, sem critério nem rumo, para Comunidades Urbanas e Intermunicipais, a torto e a direito, e até para a instituição de Grandes Áreas Metropolitanas, a oito, do Minho ao Algarve, numa espécie de espectros, entes vazios, sem efectivas competências, sem meios de acção, sem finanças.

Ora, na verdade, Áreas Metropolitanas, em Portugal, só existem, como já dizia Platão, no mundo dos factos, em Lisboa e no Porto e, portanto, só estas devem ser reconhecidas e institucionalizadas como tal e, em consequência, dotadas das atribuições e meios adequados para intervirem nas situações próprias e específicas dos grandes aglomerados urbanos.

Para tanto devem superar o mero associativismo intermunicipal e evoluírem, isso sim, para autarquias supramunicipais, dotadas de órgãos representativos próprios, o que há muito está especialmente credenciado na Constituição da República.

No resto do país, entretanto, há que promover a adaptação (correção) da organização intermunicipal, através de modos de associativismo que configurem entidades com uma escala coerente e equilibrada no todo nacional, tendo em conta as diversas unidades do território, que se mostrem aptas para a recepção de novas atribuições e competências descentralizadas que o Estado lhes entregará e, bem assim, ajustadas para a gestão e aplicação do investimento público, em especial, capazes de assumir a gestão de programas e verbas dos fundos comunitários com base no novo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Ora, nos planos técnico e político, à luz da nossa participação no concerto europeu, também na matriz local, tais circunscrições devem ser concordantes com as unidades territoriais de estatística e de planeamento, no caso, em especial as de terceiro nível (NUT III).

Só nova legislação e a inteligência associativa dos municípios podem pôr ordem, organização e eficiência na administração do território.

Novo Secretariado da Federação da Guarda

ELEITO no passado dia 26 de Junho, o Secretariado da Federação da Guarda é composto pelos camaradas Fernando Cabral (presidente), Rita Mendes, Armando Reis, Cristiana Nunes, José Barros, Esmeraldo Carvalhinho, José António Frias, Olga Marques e Cláudio Rebelo

Socialistas questionam atraso incompreensível do Polis

GONDOMAR

O "INCOMPREENSÍVEL atraso" na sua execução do Polis em Gondomar motivou um requerimento dos deputados socialistas Isabel Santos e Fernando Jesus, onde se exige ao Governo um balanço das obras efectuadas no âmbito do Polis de Gondomar, e o apuramento das razões que levaram ao impasse.

No documento, os parlamentares do PS questionam sobre as "acções que estão previstas no projecto em apreço e quais os prazos estabelecidos para a sua execução", bem como "o custo da intervenção, a percentagem de comparticipação do PIDDAC e montantes já transferidos".

Pretendem ainda esclarecimentos sobre a taxa de execução de cada uma das acções já adjudicadas naquele município presidido pelo populista Valentim Loureiro sobre a fase em que se encontram as que ainda não foram.

Considerando que o Polis de Gondomar "representa para este concelho uma oportunidade de incontornável importância na requalificação urbana e ambiental da margem do Douro" e que "forma um contínuo urbano com as marginais do Porto, Gaia e Matosinhos, cujas intervenções de requalificação constituem hoje marcas importantes, os deputados



socialistas Isabel Santos e Fernando Jesus reforçam a ideia de que uma intervenção de consensual importância, como esta, é por força de razão "incompreensível o atraso na sua execução".

Segundo os mesmos, "o contrato-programa assinado entre a Câmara de Gondomar e o Ministério do Ambiente, em 2001, estabelece como prazo para a conclusão da intervenção o ano de 2008, mas, até ao momento apenas são visíveis a recuperação da 'Casa Branca' e um outdoor que anuncia a reabilitação da ETAR de Gramido, sem que se

vislumbrem sinais de execução da mesma".

"A falta de outras acções quando é já decorrido mais de metade do período temporal previsto para a execução da empreitada de requalificação urbanística e ambiental desta zona, aliada à ausência de divulgação do projecto, junto das populações e instituições, faz com que reine a dúvida no que diz respeito às suas componentes, faseamento, financiamento e concretização", frisam ainda os parlamentares no texto do requerimento.

Curso de formação sobre intervenção autárquica e cidadania



NUMA iniciativa da deputada Luísa Salgueiro, teve lugar recentemente uma acção de formação sobre "Intervenção autárquica e cidadania", no auditório da Obra do Padre Grilo, em Matosinhos, que contou com a participação do deputado João Serrano e do assessor do Grupo Parlamentar do PS

Eduardo Quinta Nova.

Dirigida a militantes e eleitos locais do PS/Matosinhos, a acção de formação compreendeu dois módulos, "Legislação autárquica" e "Técnicas de discurso e intervenção".

Segundo Luísa Salgueiro, esta iniciativa teve por objectivos "con-

tribuir para uma intervenção activa e qualificada dos representantes do partido nas autarquias locais", bem como "dotar os participantes dos conhecimentos adequados do ponto de vista jurídico legal e preparar" e "formar militantes e quadros para uma melhor intervenção política e cívica qualificada".

Socialistas defendem sanções para quem não cumpra Lei da Paridade

O GRUPO Parlamentar do Partido Socialista anunciou em conferência de Imprensa realizada na Assembleia da República, as novas propostas de alterações à Lei da Paridade.

Recorde-se que o primeiro diploma apresentado pelos socialistas foi vetado pelo Presidente da República, que na altura manifestou a sua discordância, classificando de excessiva a penalização defendida pelo PS que estabelecia a rejeição das listas que não cumprissem com as quotas da paridade pelo Tribunal Constitucional.

Segundo Alberto Martins, as mudanças introduzidas vão ao encontro da posição assumida por Cavaco Silva, afirmando não encontrar agora razões para novo chumbo presidencial.

De entre as alterações apresentadas, referência para um artigo onde se prevê a reapreciação do diploma cinco anos após a sua entrada em vigor e o conseqüente reajustamento caso tal cenário se mostre necessário.

Por outro lado, é defendida igualmente a possibilidade de uma sanção para as listas que não estabeleçam as condições de paridade entre os dois sexos no exercício dos cargos políticos, defendendo o diploma socialista neste particular um corte, entre um quarto e metade, da subvenção canalizada pelo Estado aos partidos.

Independentemente da ordem dos candidatos na lista, a representação de um dos sexos inferior a 20 por cento, (a lei defendida pelo PS aponta para uma paridade de 33,3 por cento), implica o corte de 50 por cento da subvenção referida.

Mas se, por outro lado, a representação na lista obtiver uma percentagem igual ou superior a 20 por cento, mas inferior a 33,3 por cento, neste caso o corte deverá atingir não os 50 por cento, mas



diminuir para 25 por cento.

O deputado Afonso Candal, um dos parlamentares do PS presentes nesta conferência de Imprensa, disse que quem vier a violar a Lei da Paridade, incorre na possibilidade de se ver privado das verbas que o Estado contribui para os partidos, que poderá ir dos 25 por cento até aos 100 por cento, consoante a percentagem de elementos de cada género nas respectivas listas seja ou não cumprida.

Fica assim claro que o PS pretende sancionar as listas que não cumpram com a Lei da Paridade cortando parte da subvenção estatal distribuída proporcionalmente em função dos votos, assegurando a atribuição do restante financiamento público às campanhas eleitorais.

Mais freguesias abrangidas

A nova proposta da lei, apresentada pelo PS, para além de alterar a sanção de exclusão das listas a quem não cumpra as quotas de 33,3 por cento, estabelece, outro lado, o aumento do número de freguesias e de municípios excluídos da aplicação da Lei da Paridade.

Com efeito, as listas que concorram a freguesias com 750 ou menos eleitores, que o PS propunha na primeira versão que tivessem 500 eleitores, e os municípios com 7500 ou menos eleitores, antes a referência apontava para cinco mil eleitores, não têm agora de incluir um terço de cada género.

Ora, e depois deste reajustamento, ficam excluídas do cumprimento

da lei cerca de 44 por cento das freguesias do país e 27 por cento dos municípios.

Em relação às penas a aplicar às restantes listas autárquicas, legislativas e europeias, o PS aponta para a sua divulgação através da Internet, operação que ficará a cargo da Comissão Nacional de Eleições, procedendo-se à respectiva penalização dos partidos ou coligações que venham a violar a lei.

De acordo com a proposta socialista, será também penalizado quem venha a colocar três pessoas do mesmo sexo seguidas numa lista, ou quem apresente uma lista com todos os candidatos do mesmo sexo.

Como referiu Alberto Martins, ao propor cortes nas subvenções estatais para quem não cumpra a lei em função dos votos, o PS sabe que

está sobretudo a penalizar os partidos com maior dimensão eleitoral.

Para Maria de Belém, também presente nesta conferência de Imprensa, o PS aguarda que a apresentação das listas partidárias com respeito pela igualdade dos sexos se torne uma regra, independentemente das sanções previstas na lei.

Maria de Belém lembrou a este propósito a experiência internacional nesta matéria, que nos diz haver uma forte condenação social para os partidos ou coligações que não acatem a regra da paridade, “sendo que são os próprios partidos políticos que por si, não se atrevem a apresentar listas que não cumpram com o equilíbrio na representação dos sexos”.

R.S.A

Wolton salienta vantagem da Europa sobre EUA para gerir diversidade cultural

CLUBE PARLAMENTAR PS

A EUROPA tem vantagem sobre os EUA para gerir a diversidade cultural do mundo e os conflitos que esta pode gerar, defendeu, no dia 29, o sociólogo francês Dominique Wolton, num jantar/debate promovido pelo Clube Parlamentar do PS, realizado no edifício novo da Assembleia da República.

Wolton considerou que a história colonial da Europa “é uma vantagem e não um ‘handicap’” e incitou países como Portugal a ultrapassarem a culpa em relação a esse passado.

O sociólogo salientou o fenómeno da globalização cultural face à globalização política e económica, alertando para “conflitos



políticos graves” que esta poderá gerar, e apontou o reforço das identidades e das áreas linguísticas como “amortecedor”.

“A Europa tem uma vantagem mundial para gerir a diversidade cultural, porque dominámos o mundo, perdemos as batalhas da globalização, mas sabíamos que os outros eram inteligentes”, disse.

Segundo Dominique Wolton, em simultâneo com a construção da União Europeia, “a Europa tem de construir a coabitação com o resto do mundo”, ultrapassar “a vergonha do seu passado colonial” e perceber que pode “abrir um diálogo com o resto do mundo sobre a diversidade cultural”.

“Não percebo como é que uma potência do século XV não consegue ter orgulho de

tudo o que aconteceu entre o século XV e o século XX”, disse, adiantando que “reintroduzir isto no presente e no futuro seria extraordinário”, numa alusão a Portugal.

O sociólogo sustentou ainda que a Europa deve ter orgulho na união que construiu em menos de 50 anos, algo que “nunca se fez na história do mundo” e que, ao contrário dos EUA, tem dificuldade em gerir a diversidade cultural interna, mas facilidade em geri-la mundialmente.

Defensor da valorização das áreas linguísticas, Dominique Wolton terminou a sua intervenção no debate do Clube Parlamentar do PS, organizado pelo antigo ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho, exortando os socialistas a ocuparem-se da lusofonia.

OPINIÃO



ARMANDO FRANÇA

O extraordinário projecto da construção europeia, que é um projecto de paz, de democracia, de liberdade, de solidariedade dos povos europeus e de afirmação dos direitos humanos e dos valores que nos unem e nos identificam no respeito pela diversidade e pela individualidade própria de cada cultura, deve ser prosseguido e alimentado por nós próprios, com uma lógica pró-activa, dinâmica, sem fronteiras, de reciprocidade e enquadrada pelos princípios e objectivos que fundamentam e determinam a União Europeia

União Europeia Vantagens do próximo alargamento

Um dia destes, uma camarada e colega deputada na AR lembrava-me que a Roménia, candidata a membro de pleno direito da União Europeia, tem apenas 100 quilómetros de auto-estradas. Isto, apesar do respectivo território ser bem maior que o território português e ser povoado por cerca de 22 milhões de pessoas.

Imagine-se, pois, a enorme carência de infra-estruturas e equipamentos que a Roménia tem e, naturalmente, o muito que há para planear, projectar, construir, em resumo, para fazer. Imagine-se o enorme esforço financeiro que é necessário para fazer tudo o que há para fazer e para colocar o país num estádio de desenvolvimento que se aproxime dos patamares de desenvolvimento da União Europeia.

Assim se explica o enorme empenho dos responsáveis políticos romenos para cumprir todas as exigências e critérios da União Europeia, de tal modo que, no dia 1 de Janeiro de 2007 a Roménia possa integrar, de pleno direito, a União. No próximo mês de Outubro haverá um relatório da Comissão Europeia sobre o assunto e nessa altura ficaremos a saber se este objectivo vai ser atingido. A propósito, Portugal e o PS já fizeram a sua parte nesta matéria: o Governo apoiou e apoia a entrada da Roménia na União e a Assembleia da República aprovou, com voto favorável da bancada socialista, no passado mês de Março, a proposta do Governo de ratificação do Tratado de adesão entre a Roménia e os Estados-membros da União Europeia.

Aliás, está previsto que, também no dia 1 de Janeiro de 2007, se concretize a entrada da Bulgária na União (entrada que Portugal e o PS apoiaram nos mesmos termos da Roménia), desde que, à semelhança da Roménia, todos os exigentes critérios da União sejam cumpridos por aquele país candidato.

Ora, é necessário que todos saibamos o quão importante é o próximo alargamento da União Europeia (de 25 para 27 Estados-membros) e o seu significado para estes países que vão entrar, para a União no seu conjunto, enquanto bloco económico e também para os actuais Estados-membros.

Para estes novos países – como foi (e ainda é) para Portugal – é hoje evidente que é uma oportunidade histórica para recuperar atrasos estruturais e para promover o desenvolvimento e aquilo a que já se convencionou chamar “o modo de vida europeu”. Para a União Europeia, a entrada destes novos países amplia o seu mercado interno, reforça a sua massa crítica e a sua competitividade e torna-a mais forte na competição global, sobretudo face aos blocos americano, chinês, indiano e outros emergentes, nomeadamente o sul-americano.

Finalmente, a entrada destes novos países, os quais, aliás, passarão a receber consideráveis fundos, abre novas frentes de negócios, serviços e actividades para os actuais Estados-membros, que podem ser muito importantes para as respectivas economias, particularmente para aquelas que, como a de Portugal, possui empresas em certos sectores capazes de competir com vantagens comparativas nesses novos Estados-membros. De resto, isso é precisamente o que já está a acontecer. Há empresas portuguesas a trabalhar em diferentes sectores de actividade, e bem, quer na Roménia, quer na Bulgária, obviamente partilhando o espaço de trabalho e de negócios europeu, competindo com outras empresas de outros Estados-membros, crescendo e reforçando-se e, claro, contribuindo também para o fortalecimento da nossa própria economia. E não sejamos ingénuos: se as empresas portuguesas não o fizerem, outras de outros Estados-membros fá-lo-ão com certeza.

O extraordinário projecto da construção europeia, que é um projecto de paz, de democracia, de liberdade, de solidariedade dos povos europeus e de afirmação dos direitos humanos e dos valores que nos unem e nos identificam no respeito pela diversidade e pela individualidade própria de cada cultura, deve ser prosseguido e alimentado por nós próprios, com uma lógica pró-activa, dinâmica, sem fronteiras, de reciprocidade e enquadrada pelos princípios e objectivos que fundamentam e determinam a União Europeia.

Portugal e os agentes económicos portugueses só têm a ganhar com uma postura activa e dinâmica face a este novo alargamento, o qual, por sua vez e como é sabido, teve e terá um forte e decisivo apoio dos socialistas portugueses.

Europa alargada e unida enfrentará melhor os desafios globais

J. C. CASTELO BRANCO

O ALARGAMENTO “não constitui uma ameaça” para a União Europeia, afirmou a deputada socialista Maria de Lurdes Ruivo, considerando que, pelo contrário, uma Europa “alarga e unida” terá melhores condições para vencer a médio prazo os desafios globais.

Salientando que “a unidade na diversidade pode e deve ser considerada como uma mais-valia neste mundo cada vez mais globalizado”, Maria de Lurdes Ruivo defendeu que, no entanto, é necessário ter em consideração que antes de se avançar para novos alargamentos “se deve aprofundar a integração de forma a corresponder as expectativas dos cidadãos”.

Num intervenção efectuada em Viena, Áustria, na XXXV Conferência da COSAC, a deputada do PS referiu que a partir de Janeiro de 2007, a União Europeia contará com dois novos Estados-membros, a Roménia e a Bulgária, um facto que levará a que o espaço comum europeu passe a ter “mais 30 milhões de pessoas e pela primeira vez na história da União esta irá ter frente para um mar interior, o Mar Negro”.

Para Maria de Lurdes Ruivo, este alargamento da União Europeia, pelo seu “significado histórico” para os povos europeus e por aquilo que ele pode representar para futuros alargamentos, em especial para a área dos Balcãs Ocidentais e da Turquia, é um alargamento



“muito importante”.

Por isso, disse, sendo “importante e necessário” qualquer um dos próximos alargamentos, como os da Turquia e Croácia, que já têm estatuto de “país candidato”, “importante e necessário” será também o alargamento à Macedónia, à Albânia, à Sérvia e Montenegro, à Bósnia e ao Kosovo, uma vez que alguns destes países já iniciaram a abertura de negociações para acordos de associação e estabilização.

Todavia, alertou, a “indispensável prudência” aconselha a que, nestes casos, além de ter que se verificar o “cumprimento dos requisitos” de entrada por parte dos países candidatos, necessário se torna que a União se “ajuste ao recente grande alargamento e que sejam ultrapassadas as actuais dificuldades políticas e económicas da União”.

Na sua intervenção, a deputada socialista disse que com a adesão de novos Estados-membros, a União Europeia ficará mais próxima de se tornar um “marco decisivo do século XXI”, já que, considerou, “se o alargamento for bem gerido, o processo de alargamento será um dos instrumentos políticos mais poderosos e mais eficazes” da União. E aproveitou para citar Kalergi, quando este afirmava em 1923 que “a questão europeia será resolvida mediante a união dos povos da Europa”.

Maria de Lurdes Ruivo terminou a sua intervenção formulando o desejo de que “a união de todos resulte sempre mais valor para cada um”, um princípio que, disse, “devemos ter sempre presente, assim como a estrela polar que guia os navegadores na descoberta de novos futuros”.

REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;

2. Transferência bancária

Conta: Millenium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE
Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.

Linha Azul
808 201 695



OPINIÃO

MANUELA AUGUSTO
Presidente do DNMS

É imprescindível que tenhamos mais e mais mulheres na esfera política, para que a Perspectiva de Género seja efectiva, para que se instale de forma transversal em todos os níveis de decisão, sejam eles da área governativa central, da local, ou da regional

As mulheres, a política e os 'media'

O DEPARTAMENTO Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) organizou um debate no Porto, no final de Junho, onde estiveram presentes, enquanto oradores, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, a especialista em comunicação visual, Mariana Mattos e a jornalista Maria Flor Pedrosa, entre outros.

Tratou-se de uma entre outras iniciativas que o DNMS realizará em colaboração com os Departamentos Federativos das Mulheres Socialistas, numa lógica de descentralização das suas actividades, cumprindo, aliás, aquilo que consta do seu programa de acção, o qual assenta na criação de redes e elos de ligação com as mulheres e os homens das diferentes federações do PS.

O que nos levou a escolher este tema para o debate, "As Mulheres, a Política, os Média: Influências da Opinião Publicada na Opinião Pública", foi a vontade e a necessidade de reflectir em conjunto sobre a construção, ou "desconstrução" da imagem pública das mulheres e, naturalmente, sobre os factores que para ela contribuem, bem como sobre as consequências mais ou menos persistentes dessa mesma imagem.

Sabemos como é poderosa a influência da comunicação social nesta matéria, para o bem e para o mal...

Devemos, pois, reflectir e discutir sobre estas matérias sem quaisquer reservas mentais e, com esta e outras iniciativas pretendemos trazer para cima da mesa a discussão em torno das muitas vertentes que integram os eixos programáticos e as linhas de acção do DNMS, na certeza de que temos que assumir as Políticas da Igualdade de Género como um factor estruturante da nossa cidadania.

Temos consciência de que, hoje, já não basta teorizar e desenvolver pensamentos mais ou menos incómodos, mais ou menos passíveis de sorrisos condescendentes, ou alvo de jogos ou eufemistas esgares complacentes, de quem acha que estas discussões são um mero entretenimento ou constituem um qualquer caderno reivindicativo de umas quantas feministas.

Hoje é tempo de agir e de exigir, sob pena de gastarmos os discursos e esgotarmos os diagnósticos.

Mas agir, desenhando medidas e acções concretas, precisas.

Acções que surtam o efeito desejado, que contribuam para a efectiva mudança das mentalidades, das práticas ancestrais tão enraizadas, dos estereótipos, das imagens fabricadas.

A Lei da Paridade é uma delas, uma das acções concretas, das que forçam a mudança!

Por isso insistimos nela, por isso continuámos a exigir-la.

Temos consciência de que a imagem política das Mulheres sofre com esta imposição, de que o estigma da "quota" estará presente nos primeiros tempos, de que a velha questão do mérito será recorrente.

Mas é um preço que devemos estar dispostas a pagar!

Aquilo que se quer impor é, afinal, o cumprimento da democracia que, até agora, temos erradamente designado como representativa.

Representativa só será quando, efectivamente, a totalidade dos eleitos represente a sociedade que somos, uma sociedade que é também composta, em mais de 50 por cento, pelo género feminino.

Parece-nos uma questão de justiça, de equidade, de democracia!

Este diploma é pois, para nós, DNMS, um instrumento estruturante, capaz de mudar a realidade que agora conhecemos, pois é imprescindível que tenhamos mais e mais mulheres na esfera política, para que a Perspectiva de Género seja efectiva, para que se instale de forma transversal em todos os níveis de decisão, sejam eles da área governativa central, da local, ou da regional.

Mais mulheres para que, de uma vez por todas, aquelas matérias que conduzem à perpetuação das desigualdades façam parte da discussão da ordem do dia, sem vergonhas, sem recuos, marcando a agenda parlamentar, conquistando os media, saltando para a opinião pública, derrubando barreiras e preconceitos que uma observação mais atenta da nossa sociedade permite rapidamente identificar.

É urgente sedimentar uma verdadeira Educação para a Igualdade, com a qual todas e todos nós beneficiaremos, porque é mesmo de cidadania que estamos a falar.

É também por isso que queremos que os manuais escolares não perpetuem os estereótipos, em relação aos papéis tradicionalmente atribuídos aos Homens e às Mulheres.

Que as imagens conservadoras não desvirtuem aquilo que hoje é já, felizmente em muitos casos, uma realidade bem diferente.

São também os homens, os principais visados, que já não podem aceitar que se generalize nos jovens a ideia de que se costumam estirar longamente nos sofás, à frente da televisão, enquanto elas tratam das inúmeras tarefas domésticas.

São essas as mensagens subliminares que contrariam a mudança, que arrastam as desigualdades!

Estas e outras que nos entram em casa através dos media, e também elas muitas vezes subliminares, mas que deixam marcas estereotipadas na opinião pública, tantas vezes por excesso, tantas vezes por defeito.

As Mulheres, é verdade, estão hoje mais expostas. As que exercem funções públicas ainda mais.

Mas esta nova condição não pode justificar que se usem imagens como aquela que recentemente comparava a política da ministra da Cultura ao seu cabelo, supostamente desalinhado.

Ou que se esbanje papel e tinta para comentar o fato que Maria Cavaco Silva envergava, no dia da tomada de posse do seu marido.

Ninguém comentou o fato que o anterior, o actual Presidente, ou qualquer outro político vestia nesse dia.

A nós, mulheres, a sociedade exige-nos competência, mas também elegância, segundo padrões também eles estereotipados. Exige-nos disponibilidade, boas maneiras, bons modos. Se falamos acintosamente, somos autoritárias ou históricas. Já os homens são decididos.

Se somos serenas, então somos moles, frágeis, ingénuas. Eles serão, nessas circunstâncias, homens calmos, tolerantes, pacíficos.

E quantas de nós não ouvimos, alguma vez na vida, associar a beleza física da mulher à futilidade ou à falta de inteligência, ou classificar de "mulher-homem", ou de "maria-rapaz", aquelas que não seguem os padrões comportamentais femininos interiorizados pela sociedade?

Na vida política, por sermos poucas, mais difícil se torna manter a nossa autenticidade, num mundo marcadamente masculino, com regras e hábitos igualmente estereotipados.

Por outro lado, a desejável visibilidade, aquela que deveria colocar as Mulheres em pé de igualdade, com o mesmo tempo de antena, o mesmo espaço mediático que é dedicado aos Homens, apresenta um défice indisfarçável.

Sejam candidatas ou detentoras de cargos políticos, sejam cientistas, empresárias, atletas, comentadoras, capazes das maiores bravatas no dia-a-dia, de poucas sabemos os nomes, tão poucas ou nenhuma são as referências ao seu trabalho, às suas competências, aos seus erros, às suas angústias ou alegrias.

Não admira, pois, que no momento das escolhas, na altura em que é necessário indicar os seus nomes para uma determinada função, eles não ocorram.

Elas são quase invisíveis, falta-lhes a notoriedade!

Já pelo contrário, quando uma Mulher assume um lugar de destaque, ora comandando um navio, ora sendo eleita Presidente ou primeira-ministra, ou acedendo a qualquer outro lugar de chefia tradicionalmente masculina, é accionado o lado porventura mais perverso desta desejável visibilidade.

Faz-se um verdadeiro alarido, com honras de primeira página!

São a verdadeira excepção, aquela que confirma a regra!

Como se a algumas, poucas, se abram as portas desse outro mundo que se atreveram a desejar.

Há, sem dúvida, um longo caminho ainda a percorrer.

Mas o grande salto, o das acções e o das políticas da nova geração, o das diferentes práticas, o da autêntica cidadania, não nos vai cair do céu.

Temos de saber dá-lo juntos e juntas, com determinação e carácter de urgência.

Mas nós, mulheres socialistas, não nos resignamos. Somos daquelas que lançam a discussão para encontrar o caminho. Vamos, por isso, continuar o nosso debate onde quer que seja, não deixaremos nunca de aspirar a uma cada vez melhor democracia!

OPINIÃO



VÍTOR RAMALHO

Falar de ideário é falar não apenas das nossas causas clássicas, mas também das respostas a obter no pleno dos desígnios que a todos os cidadãos se imponham para o reforço de Portugal no mundo. É a globalização que o exige e impõe

O partido e o ideário

1. Os alicerces das sociedades democráticas

Os partidos políticos estão para a democracia como os alicerces para os prédios.

Nos alicerces dos prédios utiliza-se betão para argamasas a resistência, e nos partidos a argamassa é constituída por ideias.

Daí a importância dos ideários dos partidos que, convém que se diga, nunca nascem de multidões. As multidões exprimem reacções inorgânicas, ainda que eventualmente reivindicativas. É por isso que é falsa a dicotomia entre partidos de militantes e partidos de eleitores.

Os partidos são sempre de militantes e o grau de penetração e influência junto dos eleitores é condicionado pela aceitação das ideias e da relação que têm com a sociedade envolvente.

No mundo bipolar os ideários diferenciavam-se sobre as posições que tivessem em relação ao conceito de liberdade e à propriedade dos meios de produção. Entre um extremo, que negava a liberdade individual em favor do planeamento económico, sustentando que o Estado deveria ser o proprietário dos meios de produção e o outro extremo, que exacerbava a liberdade individual, endeusando o mercado e reduzindo o Estado às funções clássicas de soberania, conceberam-se vários ideários.

O PS, que nasceu no mundo bipolar e assentou raízes na matriz do socialismo democrático, procurou superar estes extremos. Daí à defesa da liberdade individual na lógica da igualdade de oportunidades, passando pela correcção do mercado, através da salvaguarda de um Estado regulador dele, mas também prestador de serviços, que não deveria abrir mão de sectores estratégicos, para além das funções clássicas de soberania.

2. A queda do velho mundo

O velho mundo morreu. Houve nele um terramoto à escala planetária, que fez não apenas implodir um dos pólos da bipolaridade mas também lançar ondas telúricas em todas as direcções e em todos os azimutes. Nada passou a ser como dantes.

Em resultado desse terramoto o mundo tornou-se um só, ou seja, unipolar, assentando as trocas em relações multilaterais e liberais, o que levou à concentração do capital financeiro e económico e ao primado deste sobre o político. O facto de entre as cem maiores economias mundiais a maioria serem empresas diz tudo quanto a este novo mundo.

3. As respostas para o novo mundo

No actual quadro, internacional e interno, as responsabilidades do PS, enquanto partido de causas, é enorme. Sucede que, tal como noutros momentos, foi recentemente chamado a exercer funções governativas, num período complexíssimo, tendo diante de si uma longa e dura jornada. Que não haja ilusões sobre isso.

O Governo está a responder a esses desafios com determinação e coragem, sem ceder a populismos fáceis.

Se é assim – e é – a responsabilidade dos militantes enquanto tais é agora a de contribuir para o reforço do PS, base de apoio do Governo. Do meu ponto de vista a tarefa principal é assim a de concorrermos – todos – para darmos o contributo indispensável à maior e melhor clarificação do nosso ideário. É o que tenho procurado fazer chamando a atenção para a importância do ideário e de uma ligação mais íntima à sociedade.

Falar de ideário é falar não apenas das nossas causas clássicas, mas também das respostas a obter no pleno dos desígnios que a todos os cidadãos se imponham para o reforço de Portugal no mundo. É a globalização que o exige e impõe.

Espero por isso que este tema, central, venha a beneficiar do impulso de todo o partido, como base para uma motivação acrescida. Precisamos disso e o país precisa disso.

Por mim, se isso for feito, e como é meu dever, tenho questões concretas a pôr sobre a internacionalização e o papel de Portugal no mundo, o papel do Estado, o mercado, os sectores estratégicos e a igualdade de oportunidades.

É que tudo no futuro passará por estes temas, que têm a ver sobretudo com causas e em particular com causas do socialismo democrático na lógica de que os cidadãos não são mesmo números.

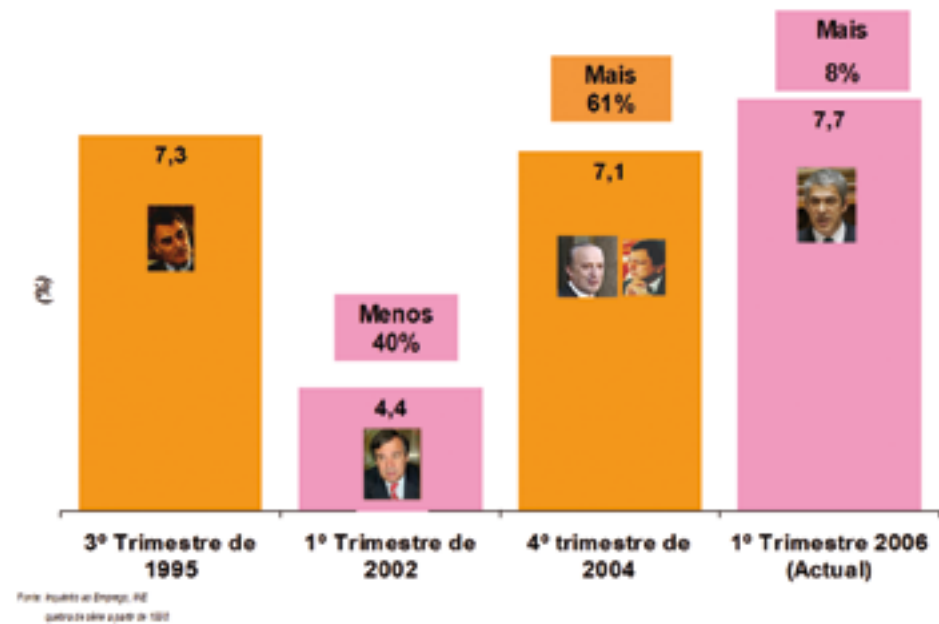
Desemprego baixa em Portugal

MARINA DUTRA

NO PRIMEIRO trimestre de 2006 a taxa de desemprego atingiu 7,7%: menos 4% que no trimestre precedente e mais 3% que no mesmo trimestre de 2005.

Quando em 1995, o PS chegou ao Governo encontrou uma taxa de desemprego de 7,3%, reduzindo-a quase para metade após os 6 anos de governação. Assim no 1º trimestre de 2002, quando o PS saiu do Governo, a taxa de desemprego em Portugal situava-se nos 4,4% – A 7ª mais baixa da União Europeia (UE25).

TAXA DE DESEMPREGO (nos momentos de saída ...)

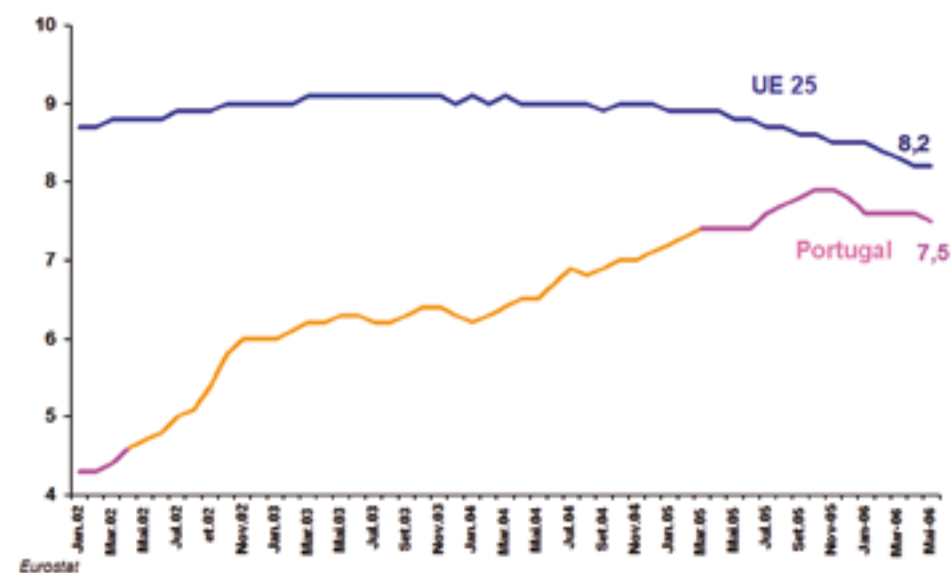


Em 2004 (4º trimestre), quando o Governo de coligação do PSD/PP cessou funções deixou uma taxa de desemprego de 7,1%, ou seja cresceu 61%, descendo Portugal 4 posições no ranking das taxas de desemprego mais baixas da Europa, passando, pois, a ocupar a 12ª posição e a apresentar o maior crescimento. De facto, cresceu 23 vezes mais que a da União Europeia a 25 e 5 vezes mais que a da União Europeia a 15.

Em Maio deste ano, segundo os últimos dados do Eurostat, a taxa de desemprego em Portugal baixou para 7,5%, em relação ao mês precedente, enquanto que a da média da UE25 se manteve em 8,2%.

Taxa de Desemprego Portugal Vs UE25

Conjuntural: Evolução 2002 - 2006

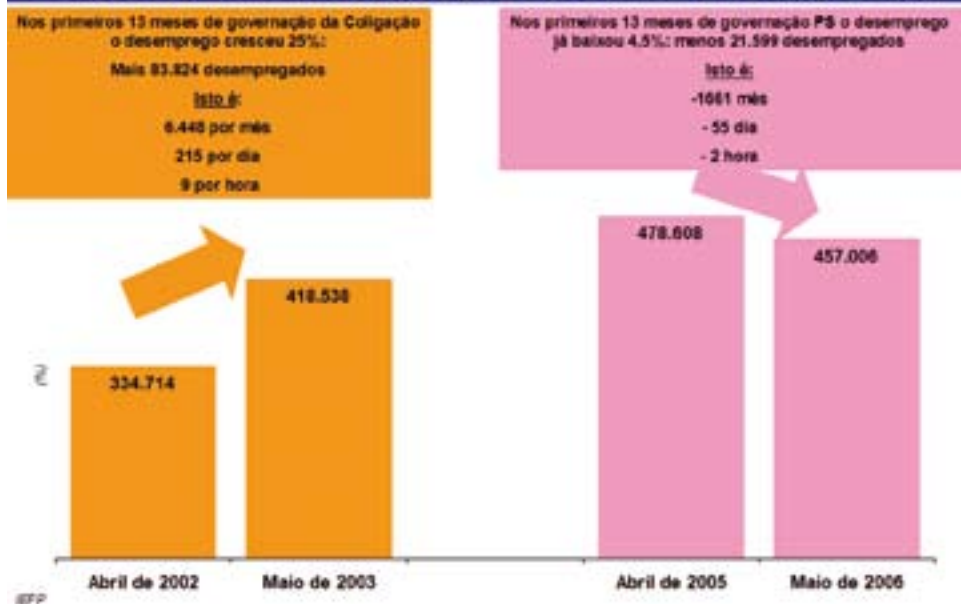


Em Maio, o desemprego baixou em Portugal pela 3ª vez consecutiva. Segundo o IIEFP, o número de desempregados registados nos Centros de Emprego foi de 457.009: menos 13.265 (-2,8%) que no mesmo período de 2005 e menos 12.244 (2,6%) que no mês precedente.

Quando em Maio de 2003, a coligação PSD-PP, liderada por Durão Barroso fazia 13 meses de governação, o desemprego registado nos Centros de Emprego era de 418.538, o que representava mais 83.824 desempregados (um crescimento de 25%) em relação ao mês em que começou a exercer as suas funções (Abril de 2002). Isto representava cada mês que passava mais 6.448 desempregados, 215 por dia, 9 por hora!

DESEMPREGO REGISTADO

Desde o início da Governação até último mês disponível



No que toca ao desemprego juvenil este continua a baixar, verificando-se no em Maio o maior decréscimo dos últimos meses. O número de desempregados jovens é de 58.446: menos 13.258 que há um ano atrás (-10,5%) e menos 3.765 (-6,1%) que no mês anterior.

Segundo o INE, a taxa de desemprego juvenil situa-se em 15,7%.

Segundo o Eurostat, em Maio a taxa de desemprego Juvenil baixou para 14,8% (15,6% em Abril de 2006 e 15,4% em Maio de 2005) posicionando-se Portugal a meio da tabela. França, Espanha, Itália e Suécia apresentam taxas superiores à de Portugal.

Segundo o IIEFP, em Maio de 2006, o Desemprego de Longa Duração (DLD) (desempregados inscritos nos centros de emprego há um ano ou mais) baixou, pelo quarto mês consecutivo. Actualmente, são perto de 200 mil os desempregados que procuram emprego há mais de um ano: menos 4.119 (2,1%) que há um ano atrás. O DLD chegou a crescer 30% (Dezembro de 2003).

Segundo o INE, a taxa de desemprego de Longa Duração é de 4,1%.

O desemprego mais qualificado (desempregados com licenciatura) atingiu no mês de Maio deste ano 38.057 indivíduos: um aumento de 17,0% face ao período homólogo de 2005 (mais 5.535), mas apresenta uma diminuição de 6,0% em relação ao mês precedente (Abril de 2006). O desemprego mais qualificado baixa, em termos de variação mensal, pelo 4º mês consecutivo.

Note-se que o desemprego mais qualificado chegou a crescer 52% em 2003 (Julho), ou seja chegou a crescer a um ritmo três vezes mais intenso que actualmente.

A nível regional, verifica-se, no 1º trimestre, que o Alentejo apresenta a taxa de desemprego mais elevada de 9,8%, seguida da região Norte (8,9%) e da de Lisboa e Vale do Tejo (8,5%). Segundo o IIEFP, em Maio, à excepção da Região Autónoma dos Açores, todas as regiões apresentaram decréscimos homólogos no número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego. Em relação ao crescimento mensal verifica-se um decréscimo em todas as regiões do país.